



ISSN - 2763-6615



REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

# ESPAÇO ACADÊMICO

v.1, n.1, jan./mar. 2021

**FACULDADES INTEGRADAS POTENCIAL  
COTIA-SP**

Faculdades Integradas Potencial / BIBLIOTECA  
(Ficha Catalográfica)

Revista Científica Multidisciplinar Espaço Acadêmico – RCMEA/  
Faculdades Integradas Potencial. -- v.1, n.1, jan./mar. 2021.  
– Cotia/SP : FIP, 2021-.

Quadrimestral.

ISSN 2763-6607 - versão impressa  
e-ISSN 2763-6615 - versão eletrônica

1. Produção científica - Faculdades Integradas Potencial. 2.  
Multidisciplinar - Periódicos.

CDD - 000

Catálogo na fonte : Biblioteca FIP

ISSN 2763-6615

**REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ESPAÇO ACADÊMICO**

v.1, n.1, jan./mar. 2021

COTIA - SP  
2021

**EXPEDIENTE**

**PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL**

**ISSN 2763-6615**

**TEMÁTICA MULTIDISCIPLINAR (TÉCNICO/CIENTÍFICO)**

**REVISÃO PORTUGUÊS**

Cassio Henrique de Souza  
Lucia Matias da Silva Oliveira  
Márcia Maria Martinelli Elias  
Marta Olivia Bem de Medeiros  
Sandra Maria Barbosa Farias

**REVISÃO INGLÊS**

Sarah Pereira Camilo  
Simone Clini

**CAPA**

**RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO**

**Editoração Eletrônica e Layout**  
**Potencial Editora & Comunicação**  
Rua Catarina Etelvina Pedroso, nº 214  
Vila São Francisco - Cotia - SP - Cep: 06717-125

<http://www.potenciaeditora.com.br>  
email: [atendimento@potenciaeditora.com.br](mailto:atendimento@potenciaeditora.com.br)  
Telefone: (11) 46144780

**Marketing - Faculdades Integradas Potencial - FIP**  
<https://fipcotia.edu.br/>

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

**CORRESPONDÊNCIAS PARA A REVISTA**  
**Direção Acadêmica**

**Faculdades Integradas Potencial - FIP.**  
Rua José Augusto Pedroso, nº 44 - Bairro: Vila São Francisco de Assis - Cotia - SP / 06.717-126  
E-mail: [revistacientifica@fipcotia.edu.br](mailto:revistacientifica@fipcotia.edu.br)

## **FACULDADES INTEGRADAS POTENCIAL - FIP**

### **DIRETOR GERAL**

Marcelo Rizzo

### **DIRETOR ACADÊMICO**

Jocimar Fernandes

### **COORDENADORES DE CURSO**

Ana Maria Bonjorni Rosano

Cíntia dos Santos Monteiro

Denise de Almeida Prado

Eduardo Maalouf

### **BIBLIOTECÁRIA**

Angela Marcia Stephano

## **CORPO EDITORIAL**

### **EDITOR CHEFE**

Jocimar Fernandes - FIP

### **EDITOR ASSOCIADO**

Julio Neil Cassa Louzada - Universidade Federal de Lavras - UFLA

### **COMISSÃO CIENTÍFICA/EDITORIAL**

Ana Maria Bonjorni Rosano

Cassio Henrique de Souza

Cíntia dos Santos Monteiro

Denise de Almeida Prado

Eduardo Maalouf

Fabiane Regina Carvalho A. Ibrahin

Jocimar Fernandes

Márcia Maria Martinelli Elias

Mário Nobuyuki Nakashima

Simone Clini

Victor Dos Santos Moraes

Vimerson Araújo de Souza

## APRESENTAÇÃO

*“É preciso acreditar em um projeto, saber o momento certo para dar vida a ele e criar condições para que ele aconteça”.*  
**(Marcelo Rizzo - Diretor Geral)**

Não bastasse ter um colégio com o maior número de alunos na região de Cotia, o empresário resolveu investir no ensino superior credenciando a FIP – Faculdades Integradas Potencial - primeira Faculdade presencial no centro de Cotia a ser credenciada pelo MEC com conceito 4 (nota máxima 5). Concorrer com as Faculdades já existentes tornou-se desafiador para o **Grupo Potencial**. Comprometido com tudo o que faz, o empresário, Marcelo Rizzo, investiu na contratação de professores qualificados entre eles mestres e doutores, com ampla experiência no ensino superior e envolvidos na formação pedagógica dos alunos, que extrapola as salas de aula com atividades extra-classe, por meio de cursos de extensão universitária, projetos de responsabilidade social, visitas técnicas, semanas acadêmicas, fóruns, jornadas, investigação científica entre outros.

Para isso foram criados dois grandes projetos que sistematizam e orientam as ações, tanto dentro como fora da IES, que são: **Centro de Formação e Desenvolvimento Humano Potencial e a Escola de Negócios Potencial**. Nossas ações não ficam restritas somente aos alunos de graduação, pois já em 2019 iniciamos vários cursos de pós-graduação, como também, ações de capacitação de docentes da rede pública.

E agora, como parte de nosso propósito de crescimento entregamos a vocês nossa primeira edição da **Revista Científica** com a finalidade de ser um veículo de disseminação do conhecimento científico para nossa comunidade acadêmica e todos os interessados em ampliar seus conhecimentos e desenvolver seu Potencial Cultural. O propósito de seus idealizadores, Marcelo e Sandra Rizzo, é contribuir, cada vez mais, com o desenvolvimento educacional e cultural dos docentes, dos discente e da comunidade externa da FIP e daqueles a quem esse periódico conseguir alcançar.

## SUMÁRIO

PDF	Nome do Artigo	Paginação
001	<b>A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DISCENTES EM CONTEXTO ESCOLAR E EXTRAESCOLAR</b> Victor dos Santos Moraes.	6 a 19
002	<b>A TECNOLOGIA E A JORNADA DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES</b> Fabiane Regina Carvalho de Andrade Ibrahim	20 a 26
003	<b>O GÊNERO CARTA COMO ESPAÇO HISTÓRICO DE INTERAÇÃO LINGÜÍSTICO-SOCIAL E DE PRÁTICA INSTITUCIONAL</b> Márcia Maria Martinelli Elias.	27 a 36
004	<b>O MARKETING 4.0 E A INTERATIVIDADE COLETIVA</b> Vimerson Araujo de Sousa.	37 a 42
005	<b>O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA</b> José Ricardo Duarte D`oliveira.	43 a 60
006	<b>USO DO DOSVOX NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO SUL DO ESPÍRITO SANTO COMO FACILITADOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM</b> Jocimar Fernandes; Ana Lucia Louzada Fernandes; Adão Guilherme Almeida Brandão; Lorena Andrade Pereira; Pedro Afonso Tuão Lima.	61 a 82
007	<b>VIVÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O OLHAR DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> Maria José Mafra Naito	83 a 87

## A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DISCENTES EM CONTEXTO ESCOLAR E EXTRAESCOLAR

Victor dos Santos Moraes <sup>1</sup>

### RESUMO

A partir da compreensão de que o tema das Dificuldades de Aprendizagem compõe o campo teórico da Didática, entende-se que as práticas pedagógicas podem revelar concepções filosóficas, políticas, pedagógicas e éticas do trabalho docente que lida diariamente com as objeções discentes durante o processo de aquisição de conhecimento escolar e que podem ser explicadas por múltiplas razões (LEAL; NOGUEIRA, 2012). Destacando-se, pois, aspectos significativos para a formação de professores, busca-se agregar neste trabalho a temática da psicopedagogia a uma análise crítica sobre quais fundamentos subsidiado as práticas desenvolvidas em sala de aula, a fim de tentar explicar casos de sucesso e fracasso escolar. Para tanto, apresenta princípios metodológicos que discorrem a respeito da *Pesquisa Bibliográfica* (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), objetivando entender e esclarecer as contribuições deste paradigma de pesquisa para a temática problematizadora de dificuldades de aprendizagem estudantis. A conclusão é a de que, com a ajuda da *Pesquisa Bibliográfica* (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), possamos passar a compreender que a falta de práticas sistematizadas de ensino está associada a um modelo de postura docente autoritário e classificatório que não tem contribuído para a construção da autonomia das crianças.

**Palavras-chave:** Dificuldades de aprendizagem, Psicopedagogo, Mediação pedagógica.

---

<sup>1</sup> Pedagogo, Mestre e Doutorando em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo, Especialista em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Portugal), Professor de Ensino Fundamental I da Prefeitura de São Roque, Revisor Acadêmico da Empresa de Desenvolvimento Linguístico Vamos Escrever, Membro do Comitê Científico e Avaliador do Congresso Nacional de Educação, Professor das Faculdades Integradas Potencial de Cotia nos Cursos de Pedagogia e Letras - victor\_smoraes@yahoo.com.br

## ABSTRACT

From the understanding that the theme of Learning Difficulties composes the theoretical field of Didactics, it is understood that pedagogical practices can reveal philosophical, political, pedagogical and ethical conceptions of the teaching work that deals daily with the student objections during the process of teaching acquisition of school knowledge and that can be explained by multiple reasons (LEAL; NOGUEIRA, 2012). Highlighting, therefore, significant aspects for the training of teachers, it seeking to add in this work the theme of psychopedagogy to a critical analysis on which fundamentals have subsidized the practices developed in the classroom, in order to try to explain successful cases and school failure. To this end, it presents methodological principles that discuss the Bibliographic Research (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), aiming to understand and clarify the contributions of this research paradigm to the problematic issue of student learning difficulties. The conclusion is that, with the help of Bibliographic Research (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, (2009), we can come to understand that the lack of systematic teaching practices is associated with an authoritarian teaching posture model and classificatory that has not contributed to the construction of children's autonomy.

**Keywords:** Learning difficulties, Psychopedagogue, Pedagogical mediation.

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras verbalizações (orais e escritas) que discorrem sobre os referenciais teóricos que subsidiam a produção de conhecimento em dificuldades de aprendizagem, encontram-se, a partir de um olhar crítico subjacente a tese que defendem, diversos apontamentos de autores do campo educacional tecendo acerca de uma tendência em dividi-las em duas tradicionais categorias: as dificuldades de aprendizagem não orgânicas e as dificuldades de aprendizagem orgânicas que se desmembram na conceituação clínica atual de múltiplos transtornos cognitivos (LEAL; NOGUEIRA, 2012).

Perpassando, pois, por essas dimensões desencadeadoras de múltiplas variáveis que compõem as dificuldades de aprendizagem, encara-se aqui um duplo desafio. Diante da inexecutável tarefa em tabular dados puros nos processos que envolvem a conceituação dos problemas de aprendizagem, déficits, distúrbios, transtornos, obstáculos, fracassos ou qualquer outra terminologia utilizada para delimitar a definição do tema, optou-se por uma separação mais

simplista e de melhor compreensão, conforme é adotada por Leal e Nogueira (2012) entre as dificuldades transitórias (não orgânicas) que costumam estar ligadas a questões familiares, culturais e econômicas e as dificuldades relacionadas com fatores patológicos, neurológicos, psicológicos, neurolinguísticos ou psicopedagógicos que, por sua vez, são de cunho mais duradouro e podem presumir a intervenção multiprofissional institucional ou clínica.

Estas nuances conceituais conferem ainda mais complexidade ao debate se considerarmos, por exemplo, que desde o momento em que o “Individuals with Disabilities Education Act” (IDEA, 2004) definiu as dificuldades de aprendizagem como uma desordem que pode ocorrer em um ou mais processos psicológicos básicos, fragilizando a capacidade do indivíduo de ouvir, pensar, falar, ler, escrever ou fazer cálculos matemáticos, temos assistido a uma mudança substancial no campo das dificuldades de aprendizagem. Esta mudança reflete-se, sobretudo, nas práticas de avaliação e de intervenção propostas neste domínio, sendo este o espaço de atuação propício, portanto, do profissional da psicopedagogia.

Tendo em vista, pois, estas considerações iniciais, o presente artigo pretende englobar como a intervenção do psicopedagogo, nomeadamente relativa ao contexto escolar, pode contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem mais presentes na sala de aula. Para isto, propõe-se uma breve explanação do contexto histórico da atuação deste profissional, os conceitos mais debatidos na literatura temática da área em relação às dificuldades estudantis, algumas sugestões práticas de intervenção psicopedagógica baseadas em evidências científicas e as considerações finais mais pertinentes ao levantamento bibliográfico aqui engendrado.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contextualização da psicopedagogia – histórico, papel e atribuições do profissional da área**

Ana Beatriz Iziqúe Bastos (2015) inaugura esta discussão apontando que a área profissional do psicopedagogo esteve atrelada, no início de seu histórico, a uma dimensão da reeducação pedagógica do indivíduo sem atentar-se necessariamente para a subjetividade psicológica que é intrínseca à formação humana. Deste modo, é possível constatar, de imediato, que este

propósito formativo se restringia às funções do professor de reforço, mas que não sanavam dificuldades discentes que sobrepujavam o campo escolar, uma vez que as ações previstas do profissional não preconizavam uma busca investigativa acerca dos fenômenos que originavam os problemas de aprendizagem dos alunos.

Faz-se necessário explicitar, neste sentido, que a psicopedagogia se fundamenta epistemologicamente na ciência psicanalítica que provê preceitos para a explicitação tanto a prática do psicopedagogo quanto a especificidade da atuação contextual de seu trabalho. Desta forma, o início de sua atuação foi marcado por uma atenção especial aos processos de ajustamento dos sujeitos considerados como pacientes ao contexto educacional para um melhor desempenho em práticas avaliativas.

Este enfoque pragmático da psicopedagogia em aprimoramento dos resultados escolares dos alunos funcionava, sobretudo, como um mecanismo de validação do potencial cognitivo dos estudantes e, com isso, fomentava-se uma cultura competitiva e classificatória dentro dos ambientes escolares que em nada contribuía para a autonomia dos educandos, caminhando, portanto, na contramão da perspectiva de uma educação mais inclusiva e socializadora das diferenças.

Com o passar dos anos, percebe-se na evolução da área, que é muito bem descrita por Bastos (2015), que a abordagem psicopedagógica dentro e fora das escolas precisou se ressignificar, tornando-se mais dinâmica frente às novas dificuldades de aprendizagem que passaram a preponderar entre a maioria dos casos que requerem esse tipo de atendimento na contemporaneidade, proporcionando, assim, um melhor esclarecimento e uma compreensão acerca da natureza e das origens desses fenômenos.

Sabendo, pois, que no Brasil a psicopedagogia chegou na década de 1970, e que seu foco era atrelado aos problemas neurológicos dos discentes, faz-se importante elucidar que esta tendência de encaminhamentos médicos advindos de instituições escolares em casos de dificuldades severas de aprendizagem, intermediados ou não por psicopedagogos, ainda é muito comum na atualidade, porém o processo de investigação diagnóstica e pedagógica tem sido muito mais cauteloso antes do que em contextos que se valem do trabalho de uma equipe

multiprofissional presente na escola antes da indicação para intervenção médica, atribuindo, inclusive, mais qualidade para o posterior tratamento da criança.

Já na década de 1980, dois processos inócuos à melhoria da qualidade do ensino intensificaram-se nas escolas brasileiras: repetência e evasão. Estes fenômenos, ao configurar o quadro mais tradicional do fracasso escolar tanto para alunos quanto para professores, demandando um aperfeiçoamento urgente nos programas de formação docente continuada e imputando aos cursos de Psicopedagogia uma inclinação mais enfatizada à atuação clínica terapêutica e preventiva dos profissionais da área para com as diversas dificuldades de aprendizagem que passaram a se manifestar (BASTOS, 2015).

A amplitude do campo de atuação profissional da psicopedagogia veio, pois, processualmente como resposta a uma demanda articulatória da área com a Pedagogia e a Psicologia, num segundo momento histórico, em que o profissional deste campo interdisciplinar voltou-se mais detidamente para a compreensão do ser humano completo e integral que não se restringe à dimensão individual, mas tratando, sobretudo ao sujeito do inconsciente permeado pelos processos sociais de linguagem. Desta forma, a psicopedagogia passou a sobrepujar a visão que Bastos (2015) denomina apenas como um viés cognoscente do indivíduo, mas explorando-o também como:

[...] um sujeito psicológico, marcado pelas inscrições subjetivas e por seu jeito singular de aprender ou não aprender. Em vez de reeducar, o psicopedagogo passou a investigar o modo próprio de o sujeito interagir com a aprendizagem, a pesquisar as causas de suas dificuldades, passando também a investigar os entraves ao processo de aprendizagem de cada um. Portanto, neste segundo momento, o que se colocou em relevo foi a conexão estabelecida entre o sujeito e o conhecimento, de maneira que se integrem o campo cognitivo e o subjetivo (BASTOS, 2015, p. 20).

Uma outra referência pode ser acionada nesta discussão para passarmos à narrativa do terceiro momento histórico da Psicopedagogia. Kupfer (2001) insere-se neste debate enaltecendo o vínculo forte e preciso que a área precisa construir com a cultura, com a produção do discurso escolar-social que, por sua vez, atrela-se diretamente ao perfil cognitivo de cada indivíduo atendido pelo profissional deste campo, em detrimento de um enfoque direcionado amplamente e simultaneamente às esferas social e psicológica.

Depreende-se do pensamento da autora, desta forma, que traçar o delineamento do alunado atendido pela psicopedagogia envolve o conhecimento acerca de uma dimensão peculiar da aprendizagem, da fala e da escrita que demarcam o indivíduo em sua existência e, além disso, impactam a forma de combater suas restrições reflexivas e comportamentais.

Tal concepção de tratamento não prescinde, ainda, da troca fulcral entre paciente e profissional, ou entre aluno e educador, que é pautada, segundo os especialistas da área (BASTOS, 2015; KUPFER, 2001; LEAL; NOGUEIRA, 2012), como alternativa de exploração de novas posturas do educando para superação de suas dificuldades. Neste sentido, faz-se necessário a retomada da relação entre a psicopedagogia e a psicanálise para corroborar a essencialidade da escuta sensível do psicopedagogo referente às demandas pontuais de seu estudante-paciente.

Já nos dias de hoje, um dos apontamentos teóricos mais debatidos em relação às dificuldades da aprendizagem diz respeito ao fracasso escolar que impacta a inserção e a permanência de muitas crianças e jovens no ambiente das instituições de ensino, mas que muitas vezes está atrelado a problemas da esfera familiar e do círculo de vínculos sociais mais próximos do indivíduo. O psicopedagogo, neste contexto, é o responsável, portanto, pela proposição de mediações personalizadas a cada caso no intuito de explorar as condições de aprendizagem do educando que não foram bem trabalhadas num primeiro momento (RUBINSTEIN, 2003).

Desta forma, podemos nos referendar com segurança nas palavras de Bastos (2015, p. 21), ao defender que:

Um dos pontos fundamentais da Psicopedagogia é a relação do sujeito com a aprendizagem. Como ele aprende ou não aprende é uma questão crucial para nós. Sara Paín (1985) ressalta que um aspecto fundamental da prática psicopedagógica é “devolver à criança o anseio por saber, pois em algum lugar ela o perdeu”. Portanto, quando insistimos em despertar o desejo de saber do paciente, referimo-nos à possibilidade de ele se (des)aprisionar dos obstáculos que impedem sua aprendizagem para então posicionar-se sobre eles de maneira mais autêntica, entusiasmada e singular.

Partindo-se dessa perspectiva preconizada pela autora, podemos delimitar, assim, que a profissionalidade do psicopedagogo também é demarcada pela procura intencional da ação de intervenção que suscita no outro o interesse pelo conhecimento, refletindo, inclusive, acerca

das próprias habilidades que passa a descobrir por meio de um atendimento mais personalizado, acolhedor e de uma escuta muito mais sensível.

A atualidade configura-se, em consequência a este pensamento, como o período em que passamos a processar a aprendizagem de acordo com a avaliação acurada dos aspectos cognitivos, afetivos e relativos à motricidade de um mesmo indivíduo, sendo esta integralidade do ser humano o objeto de trabalho da psicopedagogia em consonância as suas dimensões objetivas e subjetivas.

Complementa-se a essa ideia a compreensão de que a aprendizagem é um ato social, mas também psíquico, uma vez que engloba desafios de raciocínio que promovem muitas realizações aos educandos, assim como pode decorrer em eventos frustrantes quando advém de um ensino mal planejado ou que não prevê intervenções assertivas para que possamos melhor entender os nossos próprios entraves.

Além disto, existem outras potencialidades da aprendizagem que devem ser exploradas no atendimento aos alunos com dificuldade, como a curiosidade, a flexibilidade, o interesse, a vontade, o desejo, sendo elas o principal foco de intervenção do psicopedagogo num trabalho intenso e personalizado que busque extrair as percepções conscientes e inconscientes do educando. Transpondo este pensamento para a ação prática do profissional, é sempre bom ponderar de antemão o real discernimento entre os sintomas de uma patologia orgânica de fato e o conflito social severo que pode subsidiar uma dificuldade complexa, mas transitória. Somente desta forma é que será possível encontrar, pois, as origens dos problemas e não apenas tratar superficialmente das dificuldades como se faz em muitas instituições, agravando a situação dos estudantes.

Por fim, reconhece-se que a psicopedagogia ainda precisa conquistar muito espaço em termos de reconhecimento profissional na escola e no mercado em geral, amparando-se legislativamente, inclusive, para que tenha seu serviço garantido, mas acredita-se que as justificativas científicas aqui apresentadas faça parte dessa luta pela regulamentação da área e pelo direito do atendimento escolar especializado dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

### **3 CONCEITUAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

Daniela Leal e Makeliny Oliveira Gomes Nogueira (2012) ampliam este debate ao trazer um olhar psicopedagógico referenciado cientificamente para as discussões acerca do conceito das dificuldades e suas inúmeras terminologias e atribuições. Primeiramente, as autoras determinam que, a depender do contexto em que nos encontramos, o termos empregados sobre o fenômeno podem versar sobre problemas de aprendizagem, déficits, distúrbios, transtornos, obstáculos e até mesmo sobre o próprio processo de fracasso escolar.

Esta amplitude conceitual encontra-se, inclusive, na versão adotada pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que compreende que mais importante não são os nomes dados ao problema, e sim a necessidade de investigar clinicamente as causas, sendo necessário realizar um diagnóstico multidisciplinar com profissionais como pedagogos, psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros.

As autoras também ponderam que as dificuldades muitas vezes não estão relacionadas com fatores patológicos, neurológicos, psicológicos, neurolinguísticos ou psicopedagógicos, mas sim com outras questões: familiares, culturais e econômicas (LEAL; NOGUEIRA, 2012).

Desta forma, os desafios que se impõem ao psicopedagogo tendo em vista este entendimento macro do fenômeno, vão em direção ao papel que o profissional precisa assumir, encaminhando e ajudando, inclusive, os demais especialistas na avaliação diagnóstica clínica quando for o caso.

Além disto, não podemos descartar o fato de que as dificuldades de aprendizagem também estão atreladas à exclusão, a qual tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. Analisando, pois, sob este viés, entende-se também que os alunos com deficiência são aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade e são estas características que precisam ser trabalhadas com todas as crianças na escola para que a segregação não ocorra.

Sendo, pois, o conceito de fracasso escolar algo mutável e que está profundamente conectado com os conhecimentos demandados pela sociedade, em um período histórico específico, entende-se que o psicopedagogo é um profissional de intervenção que precisará sempre estar reatualizando essas discussões com os alunos na escola ou com os educandos que atende em ambientes extraescolares.

#### **4 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO**

Sabendo-se, pois, que o campo da psicopedagogia se imbrica intrinsecamente com as diversas tipologias de dificuldades de aprendizagem dos educandos, entende-se que suas práticas de intervenção devam se veicular igualmente por essa gama múltipla de contextos, sejam eles familiares, socioculturais ou educacionais. Além disso, faz-se salutar considerar que os elementos afetivos, cognitivos, pedagógicos e motores também se implicam nesse trabalho investigativo do psicopedagogo uma vez que podem apresentar dados significativos referentes às diferentes problemáticas provenientes da família, da escola ou do próprio sujeito.

Desta forma, os primeiros passos do profissional devem partir do levantamento diagnóstico das origens dos problemas discentes para se evitar um trabalho muito enviesado apenas pela abordagem da medicalização da educação que se direciona pelos sintomas médicos ou patológicos a serem encontrados nos alunos por causas que, muitas vezes, possuem também outras raízes. Neste contexto, Rubinstein (2003) esclarece o sentido de sintoma:

[...] O sintoma é que mobiliza a busca pelo trabalho psicopedagógico, mas atrás do sintoma está o sujeito com sua forma particular de lidar com a vida. Ali está o seu estilo, o qual influi na forma de aprender e não aprender. O estilo é a manifestação da singularidade, enquanto o sintoma é a manifestação do conflito e precisa ser decodificado [...] (p. 195-196).

Sabe-se, deste modo, que esta busca analítica mais profunda das raízes de cada sintoma de dificuldades de aprendizagem implica num entendimento dos diversos meios sociais em que o indivíduo aprendente está inserido, bem como de suas relações familiares mais determinantes para a delimitação dos problemas referentes à esfera escolar do educando.

A fase diagnóstica da intervenção psicopedagógica inicia-se, portanto, por meio de uma leitura investigativa diretamente com o estudante-paciente sobre o que o angustia,

solidarizando-se com suas inseguranças e procurando maneiras alternativas para consolidar a melhor metodologia que se ajuste a sua forma mais eficiente de aprender. É exatamente por isso que os teóricos da área não preconizam um receituário pronto acerca de como decretar categoricamente e aprioristicamente o caso de cada aluno com procedimentos padronizados de análise, visto que a psicopedagogia trabalha sempre na dimensão de fenômenos sociais e subjetivos para depois delinear um atendimento personalizado a cada problemática apresentada.

Após esta etapa inicial, procede-se então com a primeira entrevista com os responsáveis que deve ser, sobretudo, realizada no início do trabalho para que se tenha tempo hábil para coleta de dados referentes às percepções parentais dos conflitos existentes na socialização e no comportamento do educando. Os primeiros encontros, portanto, servirão de embasamento para a delimitação quanto ao entendimento dos responsáveis em relação às dificuldades do estudante, por mais que proveniente de um discurso do senso comum, pois o profissional poderá com estes relatos iniciais parear sobre como o perfil de relacionamento do âmbito familiar está implicado com as limitações latentes do indivíduo atendido. O traçar das expectativas concernentes ao futuro desenvolvimento da criança também precisa estar previsto nesta primeira conversa, uma vez que essa reflexão será problematizada ao longo das devolutivas dos demais encontros, tendo sempre em vista a qualidade do bem-estar físico, emocional e psicológico da criança.

Além disso, Bastos (2015) defende que o estigma quanto às dificuldades do estudante precisa ser ressignificado também no seio familiar, porque o significado que os sintomas comportamentais da criança passam a assumir perante os membros são importantes para que as relações sociais estabelecidas sejam a favor do tratamento. Estes procedimentos são benéficos, pois, para a atenuação da ansiedade e para a interatividade necessária que, segundo Bleger (1989), consiste em uma relação que pressupõe a escuta, a observação e o registro.

Faz-se necessário esclarecer, portanto, que esta abordagem com os responsáveis pela criança atendida deve presumir uma flexibilidade para que os sujeitos envolvidos se sintam confortáveis para manifestar as angústias que envolvem o desenvolvimento do estudante, levando-se em conta, para isso, que o tipo de comunicação engajada na criação de uma criança pode explicar muito acerca dos traços de personalidade que ela apresenta em sala de

aula, bem como de sua singularidade e subjetividade. Por este motivo que se considera a entrevista psicológica como um instrumento investigativo tão importante e enriquecedor para o psicopedagogo.

Neste contexto, Bastos (2015, p. 25) insere-se novamente na discussão para corroborar estas ideias quanto ao perfil adequado das ações interventivas da psicopedagogia, esclarecendo que:

O processo de diagnóstico psicopedagógico tem o caráter de uma pesquisa, de uma investigação, que terá como consequência o levantamento de hipóteses diagnósticas capazes de delimitar melhor as dificuldades, suas origens e as perspectivas de intervenção. No processo diagnóstico levantamos hipóteses para compreender os processos subjetivos e objetivos que impedem o sujeito de aprender, sendo que nosso objetivo principal é buscar saber o que se passa com o paciente de maneira contextualizada.

Este enquadramento é essencial, portanto, logo no primeiro encontro com os responsáveis legais e que convivem com a criança atendida, respeitando-se as etapas do tratamento clínico quando for o caso, para que se possa haver uma coalizão entre as tarefas escolares e os objetivos, a sistematização das sessões, da duração, da definição de horários das consultas e de todos os questionamentos pertinentes ao processo diagnóstico que se realizem paralelamente à rotina regular.

Tendo em vista estas ponderações, acrescenta-se ainda a este rol do primeiro contato com a família do (a) educando (a), o estabelecimento de um espaço de escuta para os responsáveis como forma de acolhimento às possíveis consequências que essa intervenção possa causar nas relações familiares e no lugar que a criança passa a assumir em casa. É por este motivo que se pode afirmar que o processo diagnóstico da psicopedagogia mobiliza a dinâmica pessoal e familiar da criança, gerando novos vínculos de confiança entre os responsáveis e o profissional em prol do desenvolvimento qualitativo do sujeito atendido.

No segundo momento de contato com os responsáveis, deve-se procurar retomar o perfil comportamental da criança ou do adolescente por meio da técnica anamnésica que mobiliza a entrevista do(a) psicopedagogo(a), a qual, neste estágio, pode ser semiestruturada a partir de um roteiro norteador das questões a serem tratadas. Estes instrumentos não devem inibir, contudo, a fala livre dos responsáveis que precisam indagar, questionar e apontar suas dúvidas

para que o entendimento sobre as vontades, desejos, angústias e dificuldades se tornem do(a) educando(a) se tornem clarividentes para ambos as partes.

Concernente especificamente à entrevista de anamnese, salienta-se que ambas as partes, quando for o caso, que sejam responsáveis pela guarda legal da criança do adolescente estejam presentes, pois desta maneira será possível desvelar um levantamento histórico do(a) educando(a) de maneira mais integral. A relação entre os responsáveis também deve ser ponderada, visto que ambos são fontes de referência para o(a) estudante-paciente no que concerne à formação pessoal de caráter, personalidade e princípios de convivência social.

Dentre as demandas diagnósticas da ação psicopedagógica, destacam-se assim o levantamento das maiores vulnerabilidades do(a) educando(a) e delimitam em que esfera elas mais se concentram, seja na escola, na família, no tratamento médico quando for o caso, para que a necessidade da ação de uma equipe multidisciplinar possa ser avaliada que investigará as causas da não aprendizagem, bem como das barreiras que inviabilizam o(a) estudante dominar um conhecimento ou mesmo que fomentam a sua resistência aos protocolos escolares.

Por fim, é sempre prudente esclarecer que quando se opta pelo trabalho do método clínico, faz-se necessário voltar-se para a singularidade de cada caso, respeitando-se de forma ampla a macro organização dos dados coletados, das informações recolhidas nas entrevistas e as produções do sujeito de forma única e pessoal. Desta forma, ressalta-se que as hipóteses da psicopedagogia, por mais incisivas que sejam, sempre serão provisórias visto que se trata de um trabalho que lida com intersubjetividades humanas e precisa sempre ser ressignificado, mas ainda assim muito importante para o direcionamento de ações preventivas e corretivas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, ao longo deste estudo, que a maioria das crianças com dificuldades severas de aprendizagem necessita de intervenção psicopedagógica e/ou fonoaudiológica sem deixar de continuar participando das aulas convencionais oferecidas pela escola (FONTES, 2015). Contudo, existem casos em que o grau do transtorno exige que a criança passe por programas educativos individuais e intensivos.

Independentemente do caso, é importante que a criança continue a assistir e a participar das atividades escolares normais. Cabe ao profissional que acompanha a criança ou o adolescente realizar contatos com a escola a fim de estabelecer uma maior qualidade do processo de aprendizagem, através da inter-relação dos aspectos exigidos pela escola e do que a criança é capaz de oferecer para suprir tais necessidades.

Além de um melhor enquadramento da proposta educacional, outras variáveis que implicam nos transtornos de aprendizagem deverão passar por um processo terapêutico. Assim, é necessário que, ao se fazer uma avaliação de um quadro de transtorno de aprendizagem, o profissional esteja atento para identificar se existem fatores psicológicos que contribuem para a manutenção do problema. Caso esta variável esteja presente, o psicólogo é o profissional indicado para tratar dos problemas emocionais vinculados ao tipo de transtorno.

Finalmente, pondera-se que o tratamento farmacológico, associado ao atendimento psicopedagógico, deve ser dirigido por um psiquiatra ou neurologista, sendo indicado, por exemplo, em casos nos quais as capacidades de atenção e concentração da criança encontram-se debilitadas.

## 6 REFERÊNCIAS

BASTOS, A. B. B. I. **Psicopedagogia clínica e institucional: diagnóstico e intervenção**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BLEGER, J. Temas de psicologia: entrevistas e grupos. In: \_\_\_\_\_ **A entrevista psicológica**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

FONTES, M. A. **O que são transtornos de aprendizagem? causas, tipos e tratamento**. Plenamente. 2015.

Individuals with Disabilities Education Act, 20 U.S.C. § 1400 (2004).

KUPFER, M. C. M. **Problemas de aprendizagem ou estilos cognitivos? Um ponto de vista da psicanálise**. In: Psicopedagogia – Uma prática, diferentes estilos. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

LEAL, D.; NOGUEIRA, M. O. G. **Dificuldades de aprendizagem: um olhar psicopedagógico**. Curitiba: InterSaber, 2012.

RUBINSTEIN, J. **O estilo de aprendizagem e a queixa escolar**: entre o saber e o conhecer. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa Documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, número I, ano I, julho de 2009.

## A TECNOLOGIA E A JORNADA DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES.

Fabiane Regina Carvalho de Andrade Ibrahim<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a jornada de trabalho e a influência da tecnologia, especificamente o uso do WhatsApp, bem como demonstrar suas implicações na vida dos trabalhadores. Incentivada pela evolução tecnológica, o uso de equipamentos de comunicação tem sido usado de forma exacerbada, obrigando o trabalhador a estar conectado em tempo integral. O empregado recebe as mensagens de forma instantânea, todos os dias e a qualquer hora, inclusive, fora do horário de trabalho constituído contratualmente com o empregador. A jornada de trabalho, conforme se depreende da presente, possui conceitos, características, natureza própria, tutela específica e normas protetoras, uma vez que abrange não somente o local de trabalho propriamente dito, mas também a dignidade da pessoa no âmbito do trabalho. Foram utilizados dados secundários de pesquisas disponíveis em institutos e outras publicações, somando-se a esses, trabalhos acadêmicos que possuem a tecnologia e jornada de trabalho como objeto de estudo.

**Palavras-chave:** Jornada de Trabalho; Tecnologia; Direito do Trabalho.

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the workday and the influence of technology, specifically the use of WhatsApp, as well as to demonstrate its implications in the lives of workers. Encouraged by technological developments, the use of communication equipment has been used in an exacerbated manner, forcing the worker to be connected full time. The employee receives messages instantly, every day and at any time, even outside the working hours contractually agreed with the employer. The working day, as it appears from the present, has concepts, characteristics, its own nature, specific protection and protective norms, since it covers not only the workplace itself, but also the dignity of the person in the scope of work. Secondary data from research available in institutes and other publications were used, in addition to these, academic works that have the technology and working hours as an object of study.

**Keywords:** Workday; Technology; Labor Law.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pelo ITE - Instituto Toledo de Ensino/Araçatuba, Especialista em Direito do Trabalho pela UNIFIEO, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre Em Direito pela UNIFIEO, Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora convidada do curso de MBA em Gestão Hospitalar da Faculdade Oswaldo Cruz. Professora na graduação da Faculdade Mário Schenberg. Avaliadora Institucional do INEP/MEC. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social da Universidade de São Paulo - USP (GETRAB-USP). [fabiibrahim@hotmail.com](mailto:fabiibrahim@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a limitação da jornada de trabalho existe desde as primeiras leis trabalhistas, procurando estabelecer condições razoáveis para o homem desenvolver suas funções dentro das empresas.

A Inglaterra (1847) fixou a jornada diária do trabalho em 10 horas, após o Parlamento discutir projeto que tinha como justificativa tranquilizar a agitação e cessar as discussões entre capital e trabalho, a fim de acabarem com as greves, ameaças e injúrias contra os patrões, dentro e fora do Parlamento.

Outros países também fixaram a jornada diária de trabalho, dentre os quais a França (1848) que fixou a jornada diária de trabalho em 10 horas em Paris e 11 horas nas Províncias, tendo no mesmo ano voltado à lei a jornada de 12 horas; a Suíça (1877) fixou a jornada em 11 horas; a Áustria (1855) em 10 horas; e a Austrália (1901) em 8 horas etc.

Com o passar do tempo à jornada de 8 horas foi se generalizando, fato que ocorreu em diversos países no início do século XX, dentre eles podemos citar Uruguai, Suécia, França, Equador, Rússia, Finlândia, México etc. Foi o Tratado de Versalhes que fixou a jornada diária de 8 horas com a criação da OIT – Organização Internacional do Trabalho e a promulgação da Convenção nº 1 na Conferência de Washington.

No Brasil na década de 30 em decorrência da política trabalhista instaurada pelo Estado, muitas categorias fixaram jornada diária de 8 horas e outras até mesmo jornadas inferiores. O decreto-lei n. 2.308 estabeleceu regra geral de 8 horas e durações diferentes para algumas profissões. A CLT, por sua vez, incorporou o decreto-lei 2.308 e os regimes especiais. A Constituição Federal/88, manteve a jornada de 8 horas diárias e reduziu de 48 para 44 horas semanais.

O tempo passou e a tecnologia chegou, trazendo equipamentos que mudaram a vida do homem e sua relação com o trabalho. Incentivado pela evolução tecnológica, os equipamentos de comunicação têm sido usados sem que haja limites, obrigando o trabalhador estar conectado em tempo integral, ameaçando um dos direitos que levaram anos para ser conquistado pelos trabalhadores: a limitação da jornada de trabalho. Foi exatamente nesse contexto que em 2016 a França aprovou a lei da desconexão, que estabelece amparo ao trabalhador a fim de que não respondam mensagens eletrônicas, e-mails ou telefonema de seus superiores hierárquicos após o expediente. Referida lei se aplica as empresas com 50 (cinquenta) ou mais empregados e permite que haja negociação entre empregado e

empregador para que estabeleçam a forma que será feita o uso de e-mails e aplicativos de mensagens quando fora do horário de trabalho.

A legislação brasileira já garantiu a limitação de jornada de 44 horas semanais para maior parte das categorias. A tecnologia trouxe inúmeras facilidades para a vida do homem, portanto, seria um retrocesso lutar contra o avanço tecnológico, considerando que as pessoas estão 24 horas conectadas. Mas o que fazer com as solicitações on-line? Como controlar o dispositivo eletrônico? Até que ponto o empregador pode utilizar as ferramentas tecnológicas para se comunicar com os empregados fora do horário de trabalho? Como respeitar o limite de jornada assegurado ao trabalhador e o direito à desconexão?

O que se propõe é refletir sobre tais temas com o objetivo de encontrar soluções que permitam garantir a saúde e a dignidade do trabalhador.

### **1.1 Denominação**

Utilizaremos a denominação “jornada de trabalho” que significa o número de horas diárias prestadas pelo trabalhador para a empresa<sup>2</sup>, considerando que a presente reflexão se refere à duração diária de trabalho.

### **1.2 Duração da jornada de trabalho**

A Lei 13.467/2017 trouxe algumas mudanças no tocante à jornada de trabalho. A jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais e 220 horas mensais.

Algumas atividades dentro da empresa deixam de ser consideradas como parte da jornada de trabalho, como período para higiene pessoal, alimentação, lazer e troca de uniforme.

O tempo utilizado pelo trabalhador para se locomover de sua residência até o local de trabalho, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

---

<sup>2</sup>Jorge Neto, Francisco Ferreira; Cavalcante, Jouberto de Quadros Pessoa. Manual de Direito do Trabalho, 4 ed., p. 261.

## **2 A LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E A OIT**

A OIT - Organização Internacional do Trabalho tem convenções que tratam sobre a jornada de trabalho, porém, não ratificadas pelo Brasil, embora haja empenho para a revisão de tais convenções, considerando a compatibilidade do direito trabalhista brasileiro e as diretrizes internacionais.

Podemos citar algumas convenções não ratificadas pelo Brasil e que tratam sobre a matéria: n. 1 (sobre horas de trabalho nas indústrias); n. 30 (horas de trabalho no comércio e escritórios); n. 31 (horas de trabalho em minas de carvão); n. 47 (sobre a redução da jornada semanal para 40 horas); n. 49 (redução de trabalho em fábricas de vidros); n. 51 (sobre redução de trabalho em obras públicas).

O Brasil ratificou a Convenção n. 89, que trata sobre a proibição de trabalho noturno de mulheres na indústria.

### **2.1 Avanço tecnológico e o empregado**

A tecnologia possibilita que as pessoas estejam conectadas/interagindo 24 horas do dia. Essa tecnologia também está presente dentro das empresas e a utilização dessa ferramenta de comunicação tem sido usada sem critério pelas empresas, fazendo que o empregado continue conectado com o seu trabalho em tempo integral.

O avanço tecnológico é fantástico, e não estamos criticando as maravilhas e facilidades que ele nos trouxe, mas estamos mostrando que essa realidade e modernidade ameaça um dos direitos do trabalhador que é a limitação da jornada de trabalho.

A interrupção durante os períodos de repouso, por exemplo, ainda que por poucos minutos, pode caracterizar a prestação do serviço em tempo integral, passando a inexistir o intervalo intrajornada.

É exatamente nesse contexto que a França em 2016, aprovou a lei da desconexão, que assegura amparo aos empregados para não se sentirem obrigados a responderem mensagens eletrônicas, e-mails ou até telefonemas de seus superiores após o horário de expediente. Referida lei se destina a empresas com 50 (cinquenta) ou mais empregados, e permite que os mesmos negociem com seus empregadores o uso de e-mails e aplicativos de mensagens fora do horário de trabalho.

O homem é um ser sociável e necessita usar o tempo fora do ambiente de trabalho para atividades sociais com amigos e familiares ou qualquer outra que não esteja relacionada com o trabalho. É importante que tenha privilegiado os direitos fundamentais para que possa ter uma vida saudável.

A desconexão nada mais é senão o direito de o empregado usar seu tempo fora do ambiente de trabalho com atividades que não estejam relacionadas com o trabalho. Em suma, é o direito de não ter interrompido os seus horários livres e de férias.

Vale esclarecer que o acesso de forma eventual às mensagens do empregador ou os pequenos diálogos através do WhatsApp não significam disponibilidade ao mesmo. O que determina é a execução contínua de atividade laboral por meio das mensagens. Portar celular não é, por si só, suficiente para configurar o sobreaviso. É necessário que a expectativa de ser chamado se torne concreta na habitualidade da relação entre as partes.

Desde o surgimento das ferramentas tecnológicas de comunicação, tais como os email's, whatsapp e etc, também surgiram discussões jurisprudenciais acerca de suas implicações no ambiente de trabalho.

No processo AIRR-2058-43.2012.5.02.0464, a 7ª Turma, por unanimidade, desproveu o Agravo e o Analista de Suporte da empresa Reclamada, obteve o direito de ser indenizado por ofensa ao "direito à desconexão" e o relator do agravo, Ministro Cláudio Brandão, afirmou que "as ferramentas de comunicação devem servir para a melhoria das relações de trabalho e otimização das atividades, jamais para escravizar o trabalhador".

O excesso de jornada já foi objeto de inúmeros estudos que o relacionam como uma das razões de doenças ocupacionais relacionadas à depressão e ao transtorno de ansiedade.

O item II da Súmula 428 do TST considera "em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso." Assim referida súmula determina o pagamento do sobreaviso quando houver violação à desconexão ao trabalho, porém, depende da instrução dada pelo empregador e do contexto em que o trabalho foi prestado.

O que nos faz debruçar sobre o tema é também refletir como o trabalhador age, pois fica entre o dever e a pressão exercida pelo empregador. É notório o número de pessoas desempregadas no nosso país. Será que esse fato também não obriga o empregado a retornar qualquer solicitação, mesmo aquelas recebidas por meio de whatsapp em qualquer dia e horário?

Vale esclarecer que não estamos falando do teletrabalho que a reforma trabalhista nos trouxe, mas daquele trabalhador que cumpre horário dentro do estabelecimento do empregador e não tem respeitado seus intervalos, folgas, feriados, férias etc.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tudo é preciso bom senso, Sérgio Campos, professor de gestão de pessoas do Ibmecc-MG, explica que “a primeira atitude do empregado é avaliar o tipo de informação que está sendo solicitada. Qual o grau de necessidade?” Nesse momento, o recomendado é ter bom senso para analisar e não apenas eliminar, seja uma ligação no celular seja mensagens via WhatsApp, e-mail, SMS...”. Se é algo urgente que não dá para esperar, por exemplo, está pegando fogo na empresa, ou algo que posso providenciar durante o expediente do próximo dia.

Vale salientar que a empresa não tem o direito de exigir que o empregado esteja conectado o tempo inteiro, mas é claro que se o empregado estiver eventualmente participando de um projeto, uma concorrência, é óbvio que pode ser acionado e deve ficar atento às mensagens.

O que temos observado hoje é uma tênue mudança no comportamento das empresas, que já não estão mais fornecendo celulares para não gerar o sobreaviso, pois a Justiça do Trabalho passou a condenar, entendendo que o trabalhador não descansava porque a qualquer momento o telefone poderia tocar ou receber uma mensagem de whatsapp.

Tudo é equilíbrio e depende do contexto, já que há aspectos positivos e negativos. A verdade é que tanto empregado quanto empregador ainda estão aprendendo a lidar com a tecnologia.

### 4 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

\_\_\_\_\_. **Jornada de trabalho e descansos trabalhistas**. São Paulo: LTr, 1998.

GÊNOVA, Leonardo. **O princípio da proteção no século XXI**. São Paulo: LTr, 2009.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Responsabilidade e as relações do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

MASI, Domenico de. **O futuro do trabalho**. São Paulo: José Olympio, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direito do trabalho na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1989.

\_\_\_\_\_. **Direito contemporâneo do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Sônia A. C. Mascaro. **Flexibilização do horário de trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

ZANGRANDO, Carlos. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

## O GÊNERO CARTA COMO ESPAÇO HISTÓRICO DE INTERAÇÃO LINGUÍSTICO-SOCIAL E DE PRÁTICA INSTITUCIONAL

Márcia Maria Elias Martinelli <sup>1</sup>

### RESUMO

Ao considerar que a Carta representa uma comunicação direta entre, pelo menos, dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas, pode-se afirmar que ela se caracteriza como um meio fluido no qual diversas funções, relações e práticas institucionais podem desenvolver-se. Este artigo pretende analisar como as cartas podem ter exercido uma ampla e significativa influência na formação de gêneros. Partindo do princípio de que os gêneros auxiliam a interpretar os complexos meios da comunicação escrita, constata-se diversos aspectos acerca da situação social e institucional, os papéis exercidos pelo escritor e pelo leitor, as ideias, a ideologia e o conteúdo do documento. Assim, o texto da Carta evoca diferentes aspectos sociais que cercam a atividade comunicativa. Para este estudo serão examinadas cartas produzidas, no Brasil, na segunda metade do século XIX, na medida em que se possibilitam reatualizar usos e relações sociais. Neste sentido, para tratar desse tema, buscam-se fundamentos teórico-metodológicos na Historiografia Linguística, cuja abordagem permite aliar Linguística e História, no processo de interpretação das Cartas selecionadas.

**Palavras-chave:** Carta; Gênero textual; Relação interpessoal; Papel social.

### ABSTRACT

Considering that the Letter represents a direct communication between at least two individuals within a specific relation in specific circumstances, it can be said that it is characterized as a fluid medium in which diverse functions, relations and institutional practices can develop. This article intends to analyze how the letters may have exerted a wide and significant influence in the formation of genres. Assuming that the genres help to interpret the complex means of written communication, there are several aspects about the social and institutional situation, the roles exercised by the writer and the reader, the ideas, the ideology and the document's content. Thus, the text of the Letter evokes different social aspects that surround communicative activity. For this study will be examined letters produced in Brazil in the second half of the XIX century, as long as it allows to reuse uses and social relation. In this sense, to deal with this theme, we seek theoretical-methodological foundations in Linguistic Historiography, whose approach allows us to combine Linguistics and History in the process of interpretation of the selected Letters.

**Keywords:** Letter; Textual genre; Interpersonal relation; Social role.

---

<sup>1</sup> Graduação em Letras pela Universidade Braz Cubas (1983), Graduação em Pedagogia pela Instituto Hoyer (2007), Mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Professora Faculdades Integradas Potencial – FIP - dos Cursos Letras, Pedagogia e Administração - martinellimarcia@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar como as cartas podem ter exercido uma grande e significativa influência na formação de gêneros. Partindo do princípio de que os gêneros nos auxiliam a interpretar os complexos meios de comunicação escrita, reconhecemos diversos aspectos acerca da situação social e institucional, os papéis exercidos pelo escritor e pelo leitor, as ideias, a ideologia e o conteúdo do documento. Neste sentido, o texto epistolar evoca diferentes aspectos sociais que cercam a atividade comunicativa. Neste estudo, serão examinadas cartas produzidas, no Brasil, na segunda metade do século XIX, na medida em que se possibilitam reatualizar usos e relações sociais.

## 2 GÊNERO TEXTUAL: CARTA

### 2.1 Comunicação Epistolar

A Carta já foi definida no século XVII, “como *um escrito que enviamos a uma pessoa ausente para lhe fazer saber o que lhe diríamos se estivéssemos em condições de lhe falar*”. Há quem diga que uma Carta exige apenas um destinatário e uma assinatura. Entretanto é uma forma que escapa a todas as definições que lhes possa ser atribuída, porque parece ter nascido para circular entre diferentes sistemas e gêneros diversos.

A leitura e escrita de cartas constituem-se em atividades que permeiam o cotidiano da maioria das pessoas nas sociedades letradas. Representam cartas amorosas, familiares, didáticas, doutrinárias ou comerciais e oficiais. A função da correspondência é essencialmente a de transmitir informações, estabelecendo uma interlocução entre emissor/receptor, por escrito.

A função explícita desse gênero de texto sugere ao produtor uma construção sujeita a regras definidas pelo contexto e pelo destinatário real; os demais leitores virtuais, principalmente, se se tratar de uma correspondência informal, nem sempre conseguem recuperar os implícitos da interlocução.

Essas questões funcionais e organizacionais representam aspectos que diferenciam a Carta em relação aos outros tipos de textos. A Carta é marcada pelo diálogo direto estabelecido entre emissor e receptor, de uma mensagem pontual e de características como: saudação, desenvolvimento e fecho. O desenvolvimento apresenta a marca verbal com uma determinada

concordância pronominal, dependendo do grau de familiaridade entre os interlocutores. É possível identificar, por meio dos pronomes e das expressões de tratamento, as relações sociais e interpessoais, permitindo-se, desse modo, reconhecer o tipo de relação entre os interlocutores.

Devido à vivência, passa-se a reconhecer quando um texto pertence a um ou outro gênero, geralmente, porque se reconhecem algumas características que sinalizam que tipo de mensagem pode ser aquela. O formato de um memorando, por exemplo, assinado por alguém que exerce uma alta função numa organização, indica que se trata de um comunicado. Assim, há uma tendência a identificar e a definir os gêneros por essas características sinalizadoras e, depois, por todas as características textuais que virão a seguir. Observa-se, então, que essa identificação de gêneros por meio de características é um conhecimento representativo para interpretar-se e atribuir-se sentido aos documentos.

## **2.2 A função da Carta na Formação dos Gêneros**

As cartas exercem uma função especial na formação dos gêneros, pois para interpretar qualquer tipo de correspondência, por mais simples que se possa parecer, como, propagandas enviadas pelo correio, exige-se do leitor uma compreensão do sistema postal, das propagandas, das malas diretas, de promessas feitas. Os gêneros auxiliam os indivíduos a participarem das complexas realidades da comunicação escrita, visto que, ao reconhecer-se um gênero de texto, identificam-se, também, muitos elementos acerca da situação social e institucional, os papéis atribuídos ao escritor e ao leitor, as ideias, o conteúdo do documento e o espaço em que esses elementos podem ocupar na vida das pessoas.

Nessa perspectiva, o texto faz emergir vários aspectos sociais que cercam a comunicação humana. Tal afirmação pode ser observada nas cartas, que serão aqui analisadas, pelo fato de simbolizarem a representação da interação social que as criou. Elas podem ser revividas no interior de espaços que reatualizam e ampliam a interação de que são portadoras. Conforme afirma Charles Bazerman (2005:87), *a manutenção e ampliação dos laços sociais modificaram as relações estabelecidas através das cartas para além do formal, em direção ao pessoal.*

Em virtude de seu amplo uso, pode-se considerar a carta, em vista de ser produzida para mediar a distância entre dois indivíduos, como um espaço de interação social. As relações e os acordos, que fazem parte das correspondências, são apresentados para o leitor e o escritor por meio das saudações, dos conteúdos e dos fechos que passam a definir posições sociais. Portanto, as cartas podem descrever de modo explícito a relação entre os interlocutores e a natureza da negociação.

O gênero das cartas foi ampliando-se, à medida que novas temáticas e negociações entravam para o domínio da carta. Até mesmo os laços sociais entre os indivíduos podem estreitar-se por meio dela.

As cartas representam um subsidiário de grande valor para fazer a história da sociedade, em vista de seu valor documental conservado durante o longo dos tempos.

### **2.3 Contextualização**

O contexto sócio-histórico-cultural do Brasil no século XIX é polêmico, pois coexistiam, em um só espaço, manifestações culturais tanto do Brasil com da Europa. Desse contexto histórico-e intelectual, que retiramos as Cartas que analisaremos. Havia uma sociedade letrada culta, e outra não letrada, que possuía pouco domínio da língua portuguesa. Esta questão destaca o caráter heterogêneo da sociedade que se formava no Brasil, cuja classe que detinha o poder utilizava a língua como um dos instrumentos de manutenção do poder.

Nesta perspectiva, a língua passa a assumir um lugar cada vez mais importante no movimento das nacionalidades. As novas ideias trazidas pelo Romantismo criaram um movimento de repúdio à rigidez dos padrões clássicos, valorizando a estética do nacional e do popular. O ideal nacionalista e democrático desse movimento vai sendo também refletido na língua.

### **2.4 Linguística e História**

O meio social começa atuar sobre o indivíduo desde o seu nascimento, transformando-o, assim, em um ser social. A língua que ele utiliza representa uma aquisição social do seu grupo de convivência. O saber linguístico é uma saber transmissível, cultural e histórico e, ao mesmo tempo, social.

Segundo H. Paul (1966), a sociedade é o único meio que possibilita a cultura e que torna o homem um ser histórico, visto que nela os homens interagem. Ainda, conforme o autor, tudo o que acontece em sociedade e que constitui sua história marca o homem, e as marcas deixadas nele refletem-se na língua que utiliza.

Ao se relacionar língua e história, observa-se que a língua representa a ação do homem no tempo, e a história contribui para a compreensão do presente pelo seu passado. A língua é assim reconstruída por suas relações com o homem e a sociedade; daí seu caráter histórico. Só é possível visualizar o passado e atingir sua compreensão através dos olhos do presente.

Cada época reordena e reconstrói a realidade histórica, inserindo elementos de renovação e de transformação. A historicidade, traço fundamental da possibilidade de constituição da história, representa uma contínua reconstrução do passado, abre-se à reavaliação dos fatos, proporcionando, portanto, uma nova leitura deles.

A historicidade linguística é caracterizada pela subjetividade que há tanto na língua quanto na história, pelo fato de a língua e a história estarem em sucessivas mudanças, o que acarreta novas leituras. Língua e história passam por um processo contínuo de fazer e refazer, sendo sempre reconstruídas e reinterpretadas em um determinado contexto histórico-cultural.

## **2.5 História interna e história externa da língua**

A Historiografia Linguística se constitui pela interdisciplinaridade entre a Linguística e a História, trata de questões em que a língua esteja inserida em um certo período ou em fases de mudança e ou regularidade decorrentes de fatores socioculturais que ocasionam relações diretas entre a língua e a história.

Nesse contexto, é próprio da Historiografia Linguística o exame não somente da história das regularidades e transformações linguísticas (história interna), mas também a relação dessa mudança com o contexto sociocultural, a política das atitudes relativas à língua(gem) de cada época (história externa), que representa um aspecto principal de se apreender a língua.

A história interna da língua não pode ser desvinculada de sua história externa, que está associada aos aspectos da realidade social. A língua torna-se realidade a partir da interação entre os membros de uma sociedade, e está estritamente condicionada à história desses indivíduos tanto em seus aspectos sociais, quanto culturais.

Na Historiografia Linguística, parte-se do princípio de que a língua, enquanto processo e produto histórico-social, torna-se expressão e veículo de dados sociais que pressupõem um olhar histórico. Dessa forma, por meio da Historiografia Linguística tem-se a possibilidade de conhecer o que torna o homem um ser histórico-social, capaz de interpretar os documentos e observar neles os elementos da realidade em que vive e, a partir daí, reescrever a história.

## **2.6 Princípios para a Historiografia Linguística**

Konrad Koerner (1996) propõe, para que se obtenha êxito em uma pesquisa historiográfica, a obediência a alguns princípios teórico-metodológicos fundamentais. O primeiro, denominado princípio “da contextualização”, refere-se ao levantamento do clima de opinião da época, ou seja, da atmosfera intelectual do momento em que se produziu o documento a ser examinado. Nesse aspecto, o contexto diz respeito ao lugar onde se processa o fato histórico-linguístico. Isso implica que o documento não deve ser desvinculado de seu contexto-cultural ao ser analisado e interpretado, pois conforme K. Koerner (op. cit:39):

As idéias lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais de seu tempo (...) o espírito da época sempre deixou sua marca no pensamento lingüístico. Às vezes, a influência da situação sócio-econômica, e mesmo política, devem ser também levadas em conta.

O segundo princípio “da imanência” decorre do primeiro, pois uma vez consideradas as possíveis influências do clima de opinião, torna-se possível uma compreensão mais abrangente do documento, tanto nos aspectos históricos e linguísticos em circulação na época de sua produção. Esse princípio desvincula o historiógrafo do produto e evita interpretações subjetivas. Toda observação feita deve ser realizada, a fim de que se evitem distorções no momento da interpretação.

O terceiro princípio “da adequação teórica” diz respeito ao processo de reatualização do documento, aproximando-o das teorias atuais, para que o homem contemporâneo possa melhor compreendê-lo. Somente depois de o texto ter sido compreendido em seu contexto histórico original é que se pode voltar a ele, interpretando os dados nele registrados.

## 2.7 Análise das cartas

Os textos a serem analisados referem-se à correspondência íntima, portanto, possuem um tom de conversa; e à correspondência comercial, marcando a formalidade na correspondência. A carta representa um sistema informativo situado no quadro de uma comunicação bilateral, por envolver um emissor e um receptor. Ela pode ser dividida em três partes: a saudação, desenvolvimento do texto e fechamento. As palavras iniciais de cortesia dependem do tipo de relação existente entre emissor e receptor.

### *Exemplo (1) – Carta pessoal*

#### **Sequências tipológicas**

#### **Gênero textual: *carta pessoal***

#### **Injuntiva**

Ilmo. Sr. José Coelho

#### **Expositiva**

Recomendo a V.S<sup>a</sup> a leitura do encillante drama \_

Galileo-

#### **Argumentativa**

tradução accuradamente feita do original italiano de um de um dos mais distintos dramaturgos modernos pelos Srs.

Costa e Caneto.

#### **Narrativa**

Si os recursos de sua empresa o permittirem represental-o, parece que interpretaria pela sua Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> e po V.S<sup>a</sup>, as principais caracteres.

#### **Narrativa**

Sou com alto apreço

João Cardoso de Menezes / outubro – 1876

***Exemplo (2) – Carta pessoal***

Nhonhozinho,

Rogo-lhe o especial favor senão possível, V.S<sup>a</sup> remedia-me em 2\$000, emprestados até o mez que vem que é quando lhe posso pagar, favor este que lhe ficarei summamente agradecida.

Sua Sr<sup>a</sup>. ABV

Essa carta pessoal tem como função conseguir um empréstimo financeiro. Instituições de confiança como bancos emitem e garantem instrumentos de valor escritos e impressos para a circulação geral. A carta de crédito bancária sugere a estreita ligação com a correspondência.

***Exemplo (3) – Carta Comercial***

Sr. Consellheiro Dr. José Bonifácio de Andrada

Eu, A. Azevedo, professor, sigo amanhã para São Paulo, tratar de fazer o meu exame para professor da 2<sup>a</sup> cadeira de primeiras letras desta cidade, por isso rogo a V.Ex<sup>a</sup> empenhar-se por mim ao Presidente da Província para que eu obtenha a escola, e peço igualmente que se empenhe por mim aos seus amigos, para que tenham benevolência comigo no meio do exame, para saber approved. Conto me com esta proteção de V.Ex<sup>a</sup>.

Iguape, 29 de junho de 1865

A princípio, a carta comercial cumpriu sua função - a comunicação necessária, mesmo entre pessoas que não se conheciam. Entretanto, frente às necessidades crescentes de uma eficiente manutenção dos registros gerados pela correspondência em expansão levou ao desenvolvimento de formulários impressos, relatórios, circulares e outros gêneros. Esse fato ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento das novas tecnologias dos escritórios, como a máquina de escrever, o arquivo entre outros. Assim, a carta comercial originou outros gêneros que passaram a fazer parte das operações diárias das empresas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se que o estudo da carta relacionado à proliferação de diversos gêneros textuais representa um meio de se trabalhar com a língua em seus mais diversos empregos no dia-a-dia,

pois tudo aquilo que se realiza linguisticamente estará caracterizado como um determinado gênero.

As cartas desempenharam um papel importante no surgimento de novos gêneros, visto que hoje os relatórios internos das empresas emergem de cartas comerciais; empréstimos bancários surgem a partir de cartas de crédito; os editoriais dos jornais como se fosse uma carta ao leitor.

A correspondência, como comunicação entre dois indivíduos, representa um meio no qual várias funções, relações e práticas institucionais são atualizadas, tornando novos usos socialmente inteligíveis, permitindo que a comunicação tome novas direções.

Os papéis exercidos pelos interlocutores podem ser verificados por meio dos pronomes e expressões de tratamento. A mudança de tratamento em uma interação social evidenciava também o grau de intimidade ou de formalidade entre os interlocutores. Assim, a escolha de uma determinada forma de tratamento estava relacionada a uma questão de ordem histórico-social, fato possível de ser verificado nas cartas.

Deste modo, o gênero Carta é um fenômeno histórico vinculado à vida sociocultural da sociedade. Novos gêneros se originam de acordo com as necessidades e atividades sociais, bem como na relação com inovações tecnológicas.

#### 4 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Teresa Sousa de. **O gênero epistolar: correspondências**. Lisboa: Colibri, 1998.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BIDERMAN, Maria Teresa C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Revista Alfa**. Marília: FFLC, vol. 18/19, p. 339-381, 1972/73.
- BURKE, Peter, PORTES, Roy (orgs.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. São Paulo: Forense, 2000.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia lingüística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p.45-70, 1996.

LE GOFF, Jacques et al. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_ **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. **Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil**. São Paulo: Nova Presença, [19-].

## O MARKETING 4.0 E A INTERATIVIDADE COLETIVA

Vimerson Araujo de Sousa<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo destacar o papel da interatividade coletiva no ambiente de Marketing, como parte integrante de toda e qualquer estratégia e planejamento, a partir da perspectiva de Philip Kotler. Veremos como se deu a evolução do Marketing até os dias de hoje e como esta questão – interatividade coletiva –, vem impactando o comportamento dos consumidores e os negócios atualmente, tendo como pano de fundo as idéias presentes em *Marketing 3.0* e *Marketing 4.0*.

**Palavras-chave:** Marketing; Interatividade Coletiva; Comunicação.

### ABSTRACT

This paper aims to highlight the role of collective interactivity in the Marketing environment, as an integral part of any strategy and planning, from the perspective of Philip Kotler. We will see how the evolution of Marketing has taken place to this day and how this issue - collective interactivity - has impacted the behavior of consumers and businesses today, against the background of the ideas in *Marketing 3.0* and *Marketing 4.0*.

**Keywords:** Marketing; Collective Interactivity; Communication.

## 1 INTRODUÇÃO

O Marketing, aqui caracterizado a partir do conceito básico apresentado por Philip Kotler, que o define como “atender as necessidades e desejos dos consumidores” (KOTLER, 2012), vive num constante processo de evolução. Nesse sentido, é de grande importância analisar como se deu tal evolução, suas etapas, bem como o momento atual, que compreende a força constatada na interatividade coletiva e que, portanto, consolida-se como um comportamento fundamental e necessário ao marketing.

## 2 MARKETING EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Se observarmos a prática do marketing no período que vai dos anos 50 aos anos 70, identificamos o que Kotler define por marketing 1.0. Nessa etapa, as ferramentas de

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia, Pós Graduado em Teologia e Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Faculdades Integradas Potencial – FIP - Professor do Curso de Administração. vimerson.araujo@gmail.com

marketing, tinham como foco o produto e as empresas eficientes e rentáveis para sustentar e garantir o que oferece com um bom trabalho e, conseqüentemente, obtenção de lucro. Portanto, os consumidores aprovam o produto. Já entre os anos 70 e 90, o marketing 2.0 tinha como foco, a orientação para o consumidor, de modo que as empresas conhecem bem os seus clientes, cultiva um mailing enriquecido com informações essenciais e precisas, tais clientes são fiéis, compram com frequência e comportam-se com lealdade. Percebe-se pouco vínculo emocional. Mais adiante, entre os anos 90 e 2010, o marketing passa a ser voltado ao consumidor que “se transforma em seres humanos plenos, com mente coração e espírito” (KOTLER, 2017), guiado por valores, em que as empresas atendem as necessidades básicas dos clientes e percebem, em sua plenitude, os envolvidos no processo de compra e produção. A empresa tem a capacidade de mudar a vida das pessoas, agregando cuidado, dando atenção e devolvendo valor para a sociedade.

Esse processo de evolução do marketing, com mudanças no foco, acontece como resposta às intensas e profundas transformações pelas quais o mundo vem passando. A partir daí, somos motivados a compreender as causas geradoras dessa evolução.

Nesse contexto, a partir de 2010 até os dias atuais, encontramos o que Kotler define por marketing 4.0. Trata-se da idéia de que o marketing deve adaptar-se às constantes mudanças em que o mundo passa, considerando a larga influência da internet, da conectividade e das mídias sociais na vida das pessoas e no mundo dos negócios. O marketing passa a exercer o papel de conduzir os clientes em todas as etapas apresentadas anteriormente, até a etapa em que eles se tornam defensores, propagadores e apaixonados por determinada marca, produto e/ou serviço.

É inegável, por exemplo, os impactos causados pela conectividade à vida das pessoas, como resultado das mudanças econômicas mundiais.

“Essa mudança econômica costuma ser atribuída ao perfil demográfico das populações dos mercados emergentes: mais jovens, mais produtivas e com nível de renda em crescimento. Isso criou uma forte demanda por produtos e serviços, o que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico. Dados recentes, porém, sugerem que a razão talvez não seja apenas demográfica. Da perspectiva da inovação, os mercados emergentes também estão rumando em uma direção melhor. Dados recentes coletados por Robert Litan indicam que a inovação vem declinando nos Estados Unidos. O número de startups representa apenas 8% do total de empresas no país, ao passo que 30 anos atrás eram quase 15%. Nos dados de Litan, o número de falências excede o número de startups.” (KOTLER, 2017)

Podemos afirmar então, que esse processo de evolução do marketing, acontece como resposta às intensas transformações, constatadas na sociedade atual. As ações de marketing na internet, nas mídias sociais e o contexto de interatividade coletiva, são exemplos concretos de como o marketing vem adaptando-se a essa nova tendência global.

## 2.1 Marketing 4.0

A conectividade e a influência das novas tecnologias na vida das pessoas são fatores fundamentais na conceitualização do marketing 4.0.

"A computação em rede permitiu maior interação entre os seres humanos e facilitou a difusão do compartilhamento de informações pelo boca a boca. Tornou as informações onipresentes, e não mais escassas. Os consumidores tornaram-se bem conectados e, assim, bem informados." (KOTLER, 2010)

O comportamento do consumidor foi fortemente impactado pelas rupturas, fruto do surgimento de marcas e negócios essencialmente digitais, como por exemplo, Netflix, Amazon e Spotify, além das impressões 3D, inteligência artificial e nanotecnologia, que genuinamente, através da conectividade promovida pela internet, gera o empoderamento do cliente, que passa a ser co-autor e, portanto, participante do processo de criação de novos produtos, das melhorias e inovações a serem implementadas e finalmente, o seu engajamento que resulta em uma experiência de compra positiva.

"Marketing 4.0 alavanca a conectividade máquina a máquina e a inteligência artificial a fim de melhorar a produtividade do marketing, enquanto impulsiona a conectividade pessoa a pessoa com o intuito de fortalecer o engajamento do cliente." (KOTLER, 2017)

Esta conectividade e mobilidade exigem do marketing, a capacidade de identificar seus *prospects*<sup>2</sup>, não mais a partir de segmentações via perfis demográficos, psicográficos e geográficos, mas sim, através de pesquisas que compreendam os grupos, comunidades e tribos<sup>3</sup>, que tais consumidores pertencem.

Trata-se de um ambiente em que o profissional de marketing deve promover a constante interação com o consumidor, sob a perspectiva de que ele tem acesso a todo tipo de informações e, portanto, tem a capacidade necessária para checá-las, conferir sua veracidade e rapidamente tomar a decisão mais assertiva antes de efetivar qualquer negociação. Um caminho inarredável que permite contatos mais intensos, integração mundial e estreitamento das relações entre os envolvidos.

## 2.2 Marketing na era da Interatividade Coletiva

A interação tem sido uma das características fundamentais no comportamento do novo consumidor. Ele vem dedicando progressivamente, cada vez mais tempo à prática de transações comerciais *online*, pesquisas e comparação de preços *real time*, compra de produtos e serviços via aplicativos e compartilhamento de informações nas ferramentas *online* como as mídias sociais. Diante desse cenário, o marketing tem como um de seus desafios, adaptarem-se a essas mudanças e desenvolver estratégias que contemplem esse ambiente interativo e massivamente digital.

Diferentes estudos vem sendo realizados, com o objetivo de compreender tal comportamento do consumidor e colaborar com as novas estratégias de marketing. Entre eles, destacamos a recente pesquisa divulgada pela empresa Deloitte<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário Houaiss, o termo *prospect* significa prospectar. Este termo é usado pelos profissionais de marketing e vendas, como forma de indicar que um consumidor – o *prospect* –, pode se tornar um cliente, portanto, um possível cliente.

<sup>3</sup> Entendemos as tribos, como microgrupos de pessoas, que tem como objetivo estabelecer redes de amigos com interesses comuns.

<sup>4</sup> Trata-se de uma empresa que presta serviços de Auditoria, Consultoria, Assessoria Financeira, Risk Advisory, Consultoria Tributária e serviços relacionados, a uma seleta carteira de clientes. Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”).

Segundo estudo desenvolvido pela Deloitte, com 2.000 entrevistados no Brasil, a partir da pesquisa intitulada *Global Mobile Consumer Survey 2017*<sup>5</sup>, que destaca as características de uso intenso dos celulares, assim como a costumeira falta de planejamento de gastos dos consumidores, apontam que 87% dos participantes do estudo têm smartphones, sete pontos percentuais a mais do que em 2016. Desses, 45% dos jovens entre 18 e 24 anos checam suas mídias sociais no meio da noite. O interesse pela compra de tablets recuou de 32% para 28%. Oito em cada dez brasileiros que possuem smartphone acabam estourando seus pacotes de dados antes do final do período programado para utilização. Na Figura 1, podemos observar como tem sido o comportamento do consumidor quanto as atividades que eles mais realizam na internet:



Figura 1: Fonte: Pesquisa *Global Mobile Consumer Survey 2017*, realizada pela Deloitte.

Diante desses dados, a sócia-líder de Tecnologia, Mídia e Telecomunicação da Deloitte no Brasil, Marcia Ogawa, constata que:

“nossa sociedade vive mudanças de hábitos e costumes que têm transformado a maneira como as pessoas se comportam, como trabalham, estudam, se

<sup>5</sup> Pesquisa realizada pela Deloitte que detalha o uso de smartphones em 22 (vinte e dois) países, incluindo o Brasil.

divertem e se relacionam. Para além das curiosas conclusões de nosso estudo, traçamos um importante retrato dos tempos atuais, das potencialidades e perspectivas que se abrem para o futuro” (*GLOBAL MOBILE CONSUMER SURVEY*, 2017)

O fato é que os consumidores atuais se importam com empresas que se preocupam com a sociedade. Tal preocupação deve contemplar seus colaboradores, fornecedores, distribuidores e os próprios consumidores, a partir do ambiente proporcionado pela interatividade coletiva, tão presente em seu comportamento. As empresas representam marcas que vão além de um conjunto de imagens, mas consolida-se como um conjunto de valor agregado e de experiências ao consumidor. O engajamento gerado a partir da interação cria o ambiente perfeito à construção de relações duradouras entre os participantes dessa relação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios do marketing propostos, quanto ao planejamento e estratégia, vão desde a análise desse novo consumidor, com todas essas características interativas, até a capacidade de comunicar-se com ele a partir das diferentes ferramentas tecnológicas *online* disponíveis, como o Facebook, Instagram, Twitter, Amazon, Netflix, Uber e Spotify. Além disso, acreditamos que há espaço para aprofundar essa análise, individualizando cada uma dessas ferramentas, bem como, a partir, da análise do comportamento do consumidor quando da inserção de *deias*, marca e produtos nas referidas plataformas, como excelente e produtiva estratégia de marketing.

### 4 REFERÊNCIAS

DELOITTE. **Global Mobile Consumer Survey**. São Paulo, 2017.

KOTLER, Philip, KARTAJAVA, Hermawan, SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**. : *as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. São Paulo : Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip, KARTAJAVA, Hermawan, SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**. São Paulo. Sextante, 2017.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 14.ed. São Paulo : Pearson, 2012.

## **O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA**

José Ricardo Duarte D'oliveira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo trabalha o papel da gestão escolar no processo de qualificação profissional dos alunos no Ensino Médio Público. O estudo se concentra em uma escola da periferia do município de Osasco, Grande São Paulo. A questão norteadora deste estudo incide sobre a ação pedagógica e administrativa do gestor no incremento da qualificação dos adolescentes para o mundo do trabalho, o que é um valor constitucional da educação brasileira. Deste modo, a pesquisa analisa a gestão escolar do Ensino Médio no processo de escolhas curriculares e demais atividades escolares, tendo em vista o encaminhamento profissional dos estudantes. Por meio de questionário semiestruturado com sujeitos da ação educacional da escola estudada, busca-se compreender e explicar as concepções e ações políticas da gestão escolar pela percepção do corpo docente e de funcionários da escola, bem como a gestão vista por alunos em curso e egressos. As conclusões revelam limites e possibilidades da gestão.

**Palavras-Chaves:** Gestão escolar; Qualificação profissional; Ensino médio; Trabalho.

### **ABSTRACT**

This article deals with the role of school management in the professional qualification process of the students in the Public High School. The study focuses on a school on the outskirts of the city of Osasco, São Paulo. The main question of this study focuses on the manager's pedagogical and administrative action in increasing the skills of teenagers to the world of work, which is a constitutional value of Brazilian education. Thus, the research analyzes the school management of high school in the process of curricular choices and other school activities, in view of the professional referral of students. Through semi-structured questionnaire with subjects of educational action of the school studied, it seeks to understand and explain the conceptions and political actions of school management by the perception of faculty and school staff, as well as management seen by students and graduates in progress. The conclusions reveal limits and possibilities of management.

**Keywords:** School management; Professional qualification; High school; Work.

---

<sup>1</sup>Mestre em Administração - UMESP - Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Administração de Empresas. Centro Universitário FIEO. Pós-Graduado em Administração de Marketing- Universidade Anhembi Morumbi. Pós-Graduado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, Faculdade Lusófona de São Paulo - ricardo.professor@uol.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar para a qualificação profissional no Ensino Médio é o foco deste estudo.

Pesquisar as ações dos gestores na escola que possam auxiliar a qualificação profissional do aluno pode representar um meio de se encontrar soluções para incentivar as responsabilidades profissional e social para a formação de uma sociedade melhor.

Segundo a Lei 9394/1996, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) quando se refere aos princípios e fins da educação nacional, tem-se no artigo 2º: *a Educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Baseada na Constituição Federal, na LDB e suas alterações, bem como nas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação, a gestão educacional voltada à qualificação do trabalho acrescenta ao aluno uma oportunidade maior de entender as organizações para as quais ele está sendo preparado, pela família e pelo Estado, para conquistar o seu espaço profissional e social.

Na pesquisa sobre gestão educacional, um dos temas pouco explorados se relaciona à gestão focada na qualificação profissional, visto que é sabida a precária condição do ensino médio brasileiro, embora uma gestão criativa tenha autonomia em seus processos de decisões e possa estabelecer parcerias com vistas à melhor qualificação do aluno. Torna-se interessante identificar de que forma os gestores estão estruturados para atender as demandas e as necessidades profissionais dos alunos. Coube a esta pesquisa averiguar a forma de gestão e ações do gestor da Escola Elói Lacerda, localizada na periferia de Osasco.

Procedeu-se, por meio de entrevistas, a um levantamento das informações dos professores, funcionários, alunos em curso e alunos egressos acerca de suas percepções sobre a gestão escolar no processo de qualificação profissional no ensino médio.

Com vistas ao alcance do objetivo geral da pesquisa, ou seja, identificar a concepção da gestão e métodos do gestor escolar para a qualificação profissional do aluno, todos os sujeitos da pesquisa estão diretamente ligados ao Ensino Médio na escola pesquisada.

Optou-se pela delimitação geográfica, a EE Eloi Lacerda no Município de Osasco, a fim de identificar se os resultados encontrados serão convergentes ou divergentes com as concepções políticas e metodológicas traçadas pelo MEC, Ministério da Educação, para as escolas públicas. Outro aspecto que justifica a delimitação do tema é a amplitude que as escolas de Ensino Médio públicas assumem. Segundo os dados do Censo Escolar 2013, publicados pelo MEC, o Brasil tem hoje 7.046.714 alunos matriculados no Ensino Médio nas redes públicas estaduais e municipais, sendo quase dois milhões e meio no período noturno. Segundo dados da Secretaria de Educação de Osasco, existem atualmente 52 escolas públicas que oferecem cursos na etapa escolar aqui estudada.

## **2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1 O papel do Gestor Escolar e sua Liderança**

O estilo de liderança do gestor escolar deve suscitar motivação entre professores, funcionários e alunos; inserindo, de forma democrática, a comunidade nesse contexto, para que suas necessidades sejam acolhidas. A partir daí, estabelecer-se uma forma de liderança democrática e participativa para desenvolver programas que atendam à comunidade e colaborem na elaboração de um PPP (Projeto Político Pedagógico) capaz de satisfazer às necessidades dos alunos e da comunidade, visto que grande parte dos jovens passará pelo Ensino Médio e terá a figura do gestor e da estrutura escolar como agentes motivadores.

Nas escolas eficazes, os gestores agem como líderes pedagógicos, ao estabelecerem as prioridades, avaliarem os programas pedagógicos e participarem dos programas de desenvolvimento de funcionários, como também, enfatizarem a importância dos resultados alcançados pelos alunos, Luck (2010 p.25)

Neste sentido; o gestor escolar, por meio de sua liderança, representa a pessoa responsável pelo clima organizacional e pela liderança dentro do ambiente escolar; criando, assim, um grupo coeso e com objetivos eficazes.

Para uma gestão eficaz é necessária a participação de grupos e de pessoas envolvidas nesse processo. De acordo com Libâneo (2004), a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, ela possibilita o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

O comportamento democrático e participativo pode ser um trabalho exaustivo que poderá ser iniciado pelo gestor, estimulando o exercício da democratização e da participação de seus agentes.

Este processo de encaminhamento pode-se dar tanto na administração escolar, como nos agentes da educação direta com os alunos, ou seja, os professores envolvidos podem transformar o ambiente escolar em um espaço democrático, formador e acolhedor para os alunos. Para Freire (1996, p. 89):

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir a sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública, que entre nós vem sendo tratada como coisa privada, mas como coisa privada que se despreza.

Assim, a democratização da escola deve ser conquistada por meio das mudanças de gestão e da participação de toda a organização. Essa participação começa a existir quando as pessoas envolvidas aprendem a conhecer o contexto e a realidade que as circunda. De modo que os gestores escolares, atuando como líderes, são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações.

Chamamos de liderança a um conjunto de fatores associados como, por exemplo, a dedicação, a visão, os valores, o entusiasmo, a competência e a integridade expressos por uma pessoa que inspira os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem objetivos e metas coletivos. Luck (2010, p 33).

Nesse sentido, é possível entender que a liderança do gestor escolar pode ser eficaz, como a capacidade de influenciar positivamente o grupo pelo qual é responsável, incentivando-o a produzir ações que sejam de inserção social.

O conceito de gestão tem sido reconhecido como um processo de fortalecimento da democratização do processo pedagógico. De acordo com Valérien (1993 p. 15).

O Gestor é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da ideia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo, os agentes locais, à maior participação, à maior implicação nas tomadas de decisão.

Assim, entende-se, que a participação do gestor escolar necessita de ação, de política pedagógica, de administração e de liderança com objetivo dirigido à eficácia.

## **2.2 O Gestor Escolar Como Agente Transformador**

Muito se discute e se estuda a respeito da importância do ensino de disciplinas básicas em todos os níveis de escolaridade (FUMAGALLI, 1998).

A relevância da aprendizagem em educação é observada por estudiosos do campo científico em todo o mundo, havendo uma discussão pela inclusão de assuntos relativos à educação dos jovens de Ensino Médio.

Segundo Ludke (2001), ainda que certas opiniões convergentes sejam incorporadas pelas propostas curriculares e planejamentos escolares; atualmente, o adolescente sai da escola com informações científicas insuficientes para compreender o mundo que o cerca.

De que modo os indivíduos e as escolas necessitariam agir diante do amplo desenvolvimento da ciência e da técnica ? (ASTOLFI,1990).

Uma vez que se considera que o ensino demonstra uma função muito importante na escola elementar, em 1983, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elencou algumas justificativas para a inclusão desses temas nos currículos escolares (LUDKE, 2001):

- A educação pode ajudar os adolescentes a pensar logicamente acerca dos fatos do cotidiano e a solucionar problemas práticos simples.
- A educação e suas aplicações tecnológicas podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.
- A educação pode promover o desenvolvimento intelectual dos adolescentes.

- A educação pode ajudar positivamente os adolescentes em outras áreas, especialmente em linguagem.
- Diversos adolescentes de vários países deixam os estudos ao acabar a escola primária, sendo esta a única oportunidade de que dispõem para explorar seu ambiente de um modo lógico e sistemático.
- A educação nas escolas primárias pode ser realmente divertida.

A partir dessas justificativas, torna-se claro a relevância da presença do gestor escolar como agente de transformação dos adolescentes, auxiliando na resolução de problemas lógicos, com o objetivo de manter a qualidade de vida partindo-se da visão acerca do aluno com o ambiente em que vive.

Torna-se necessário desenvolver um ensino de disciplinas básicas que se foque, nos primeiros anos de educação, nas ações do adolescente, em sua participação ativa ao longo do mecanismo de aquisição do conhecimento, a partir de desafiadoras atividades de aprendizagem (LUDKE, 2001).

A aprendizagem em educação, além das informações, experiências e habilidades que são inerentes a essa matéria, necessita realizar o desenvolvimento do pensamento lógico (ASTOLFI, 1990).

Além disso, necessita possibilitar a vivência de momentos de investigação, de modo a convergir para desenvolver as habilidades de observações, reflexões, criações, discriminações de valores, julgamentos, comunicações, convívios, cooperações, decisões, ações, compreendidos como sendo objetivos do processo educativo (FUMAGALLI, 1998).

As habilidades adquiridas são instrumentos de suma relevância para a vida do aluno; pois, em diversas situações, tais potenciais estarão presentes de modo a permitir ao aluno a discussão e a análise do conhecimento que está sendo construído, seja este conhecimento profissional ou social.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA - UM ESTUDO DE CASO

A trajetória metodológica traçada neste estudo foi de caráter exploratório-descritivo, pois de acordo com Gil (2006), *“as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”*.

No caso da gestão educacional foi necessária uma ampla revisão da literatura para compreender as brechas do tema que resultam na definição do problema de pesquisa e posterior descrição dos resultados que foram encontrados. Descritivas, pois segundo Gil (2006), as pesquisas descritivas visam a descobrir as existências de associações entre as variáveis.

Na pesquisa sobre gestão educacional, um dos temas pouco explorados está relacionado à gestão focada na qualificação profissional, tendo em vista que a gestão possui autonomia em seus processos de decisões e parcerias para a qualificação do aluno. Torna-se interessante identificar de que forma os gestores estão estruturados para atender as demandas e as necessidades profissionais dos alunos. Coube a esta pesquisa averiguar a forma de gestão e ações do gestor da Escola Elói Lacerda, localizada na periferia de Osasco.

A pesquisa documental e a pesquisa de campo com um estudo de caso foram a linha norteadora deste estudo. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos que estão dentro de seu contexto real, em situações nas quais as fronteiras entre eles não estão estabelecidas com clareza.

Por meio de uma entrevista semiestruturada, foi feito um levantamento da gestão da escolar.

Procedeu-se também a um levantamento das informações dos professores, funcionários, alunos em curso e alunos egressos acerca de suas percepções sobre a gestão escolar no processo de qualificação profissional no Ensino Médio por meio de entrevista semiestruturada.

Visando a possibilitar o alcance do objetivo geral da pesquisa, ou seja, identificar a concepção da gestão e métodos do gestor escolar para a qualificação profissional do aluno no Ensino Médio, os sujeitos da pesquisa estão diretamente ligados ao Ensino Médio na escola pesquisada.

Optou-se pela delimitação geográfica, a EE Eloi Lacerda no Município de Osasco, a fim de identificar se os resultados encontrados foram convergentes ou divergentes com as concepções políticas e metodológicas traçadas pelo Mec, Ministério da Educação, para as escolas públicas. Outro aspecto que justificou a delimitação do tema é a amplitude que as escolas de Ensino Médio públicas assumem. Segundo os dados do Censo Escolar 2013, publicados pelo Mec, o Brasil tem hoje 7.046.714 de alunos matriculados no Ensino Médio nas redes públicas estaduais e municipais. Segundo dados da Secretaria de Educação de Osasco, existem atualmente 52 escolas públicas que oferecem cursos no Ensino Médio no município.

O instrumento utilizado como roteiro para a entrevista foi constituído por questões abertas com objetivo de coletar do entrevistado o maior número de informações sobre o tema para a análise,

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Relatórios de Entrevistas – Alunos em Curso**

Os alunos entrevistados estão matriculados no Ensino Médio na Escola Elói Lacerda nas turmas de 1º 2º e 3º anos do período noturno. Esses alunos foram escolhidos aleatoriamente e autorizados pela direção da escola a participarem da entrevista.

A respeito das ações feitas pela escola, alguns entrevistados não obtêm interesse na divulgação destas, porém existem relatos de que alguns cursos de informática e de inglês são ministrados na escola, oferecidos pelo Senac, todavia isso ocorre com pouca frequência. Observou-se também que acontecem na escola cursos profissionais em parceria com instituições privadas e a baixo custo.

Entre os entrevistados 40% destacam a ação da Escola da Família, um programa social do governo do Estado de São Paulo, que tem o objetivo de proporcionar diversas atividades dentro de quatro eixos norteadores, sendo eles: esporte, cultura, qualificação para o trabalho e saúde. Essas atividades são abertas ao público, contam com uma equipe permanente que administra o seu espaço, assim como as atividades oferecidas.

Tais equipes são formadas pelo vice-diretor, um professor e um grupo composto por dez estudantes de graduação de Faculdades e Universidades privadas, que em troca de seus trabalhos aos fins de semana, recebem uma bolsa de 100% de seus estudos, isto é, 50% do valor da mensalidade é paga pela própria instituição de ensino e os outros 50% são pagos pelo Governo do Estado.

Dentre as atividades oferecidas na Escola da Família destacam-se as seguintes: artesanato, dança, horta comunitária, momento manicure, cursos de informática, monitoramento de pesquisa na Internet, orientação nutricional, reforços de Matemática e Português através do projeto redação para todos.

As ações permanentes da escola são pouco lembradas pelos entrevistados, tendo em vista que poucos se referem à Escola da Família como ação voltada à profissionalização, alguns consideram esse programa como atividade voltada ao esporte.

Treze por cento dos alunos citaram a oportunidade de trabalhar como menor aprendiz, inclusive na própria escola em que estudam, como auxiliar de informática. As atividades realizadas pela unidade escolar são divulgadas à comunidade de forma pouco eficaz, pois normalmente são feitas as divulgações por meio de cartazes e pelos alunos.

Na opinião dos entrevistados, atualmente não há por parte da escola nenhum esforço no sentido de direcioná-los à qualificação profissional. Houve algumas observações como a do entrevistado G afirmando *“para mim não existe é cada um por si, quem quiser procura alguma coisa.”*

Em relação às parcerias feitas com órgãos públicos, a percepção dos alunos é que elas ainda não acontecem com frequência, tal percepção se dá em virtude da afirmação dos entrevistados de que há falta de divulgação acerca dessas parcerias, pois alguns manifestam terem recebido informações de cursos, entretanto essas informações não são divulgadas de modo eficiente.

Outra deficiência da escola é relatada pelos alunos, segundo eles não há nenhum tipo de acompanhamento feito pelos gestores para se obterem informações sobre possíveis colocações profissionais, como também não há a figura de um responsável em contatar instituições que ofereçam cursos profissionalizantes, apesar de a maioria dos entrevistados manifestarem que a direção ou vice-direção é a responsável por esses contatos, afirmam não terem certeza dessa informação.

A participação dos alunos no mercado de trabalho é em grande número, pois 67% dos entrevistados trabalham exercendo funções operacionais, administrativas e alguns com participação no mercado informal com obtenção de renda.

As ações realizadas durante o Ensino Médio com a função de orientações para qualificação profissional são pouco lembradas, entretanto alguns professores, segundo os entrevistados, reforçam em sala de aula a importância de estarem preparados para o mercado profissional.

Na escola, as palestras ministradas com enfoque na profissionalização são realizadas por instituições privadas com o objetivo de vender seus cursos aos alunos.

Pôde-se observar que os alunos não têm uma profissão definida e os pais e professores representam os agentes influenciadores dessa escolha.

A respeito do que se espera do futuro profissional, os alunos manifestam-se com opções em diversas áreas, visando ao sucesso profissional e à realização financeira e pessoal. Dentre os entrevistados, a maioria pretende procurar os cursos profissionalizantes e de bacharelado.

#### **4.2 Relatórios de Entrevistas - Professores e Funcionário**

A participação dos docentes em relação a sugestões de melhoria na escola ocorre de forma descentralizadora, ou seja, a gestão aceita a colaboração e a opinião dos docentes e os consultam para várias decisões. Quando há ações propostas, o diretor da escola é o responsável por elas e conta com o apoio do vice-diretor e da coordenação. Esse trio é atuante em suas comunicações, porém trabalham de forma isolada, quando o diretor sente necessidade de sugestões, a consulta.

O PPP - Projeto Político Pedagógico - é elaborado pela equipe gestora, juntamente, com uma comissão de professores. Como esse Projeto tem duração de quatro anos, são feitas adequações e modificações quando necessário e essas mudanças são inclusas como anexo.

Em teoria, os professores devem participar das discussões do planejamento, sempre que houver alguma modificação; porém, algumas circunstâncias, a equipe gestora faz as modificações sem consultar os professores. O PPP fica na diretoria da escola e qualquer tipo de consulta a esse projeto deve ser feita na presença do diretor.

Sobre as ações oferecidas à comunidade, bem como parcerias com empresas, projetos profissionalizantes e outros, tudo deve constar no PPP e posteriormente deve ser homologado pela diretoria de ensino. A escola possui alguns projetos divulgados que ocorrem aos fins de semana por meio da equipe da Escola da Família, outros projetos são obrigatórios e, quando acontecem, são enviados pela SEE.

Para que os projetos e ações sejam elaborados, as fontes de recursos são totalmente públicas, porém alguns desses projetos permitem que a escola obtenha renda com a venda de alimentos e de artesanatos, sendo que o dinheiro é investido em outros projetos sugeridos pela direção e pela equipe gestora com a colaboração do corpo docente.

Há projetos realizados esporadicamente na escola, mas as ações permanentes são representadas pela Escola da Família. Quando um projeto é executado na escola, a equipe gestora faz a divulgação para a comunidade por meio de aviso aos alunos, pelo *Blog* da escola e por uma página no *Facebook*.

Além das ações realizadas visando à formação, à conscientização e ao aprendizado, os professores se preocupam em fazerem visitas a laboratórios, como, o da Universidade de São Paulo e ao Museu da Língua Portuguesa.

A escola procura fazer ligação entre as ações oferecidas e a profissionalização. Há instituições privadas que ofertam cursos a preços populares aos alunos e à comunidade. Há também parceria com a Fundação Paula Souza que oferece cursos gratuitos, porém é pouco explorada.

Desta forma, percebe-se que os cursos profissionalizantes oferecidos aos alunos e à comunidade são por meio da Escola da Família.

Não existe acompanhamento formal da equipe gestora da escola para obtenção de informações relacionadas à colocação profissional dos alunos egressos. Todavia chegam à escola informações sobre os egressos por meio de pais que ainda têm outros filhos na escola e por meio do *blog* em que os alunos egressos podem deixar seus comentários e sugestões.

Os cursos de informática e de idiomas ministrados aos alunos e à comunidade por instituições particulares são pagos por aqueles que participam desses cursos.

No que diz respeito ao acompanhamento dos alunos egressos, segundo funcionário (A) não existe acompanhamento eficaz aos egressos, conforme demonstra sua resposta: “ *que eu saiba ainda não há, às vezes alguns visitam a escola pois os irmãos estudam aqui, mas só sabemos de algo se eles comentam*”.

### **4.3 Relatórios de Entrevistas - Alunos Egressos**

A entrevista com os alunos egressos aconteceu na própria escola e por meio de uma pesquisa documental com a autorização do vice-diretor, foi possível localizar e contatar os alunos egressos dos últimos três anos. Portanto, participaram desta pesquisa os alunos que concluíram o Ensino Médio nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Após a conclusão do Ensino Médio, 50% dos entrevistados, apesar das dificuldades relatadas, ingressaram em faculdades particulares, todavia apenas 17% estão cursando o ensino superior; 33% desistiram do ensino superior por falta de condições financeiras e 50% alegaram não terem tido oportunidade de ingressar no Ensino Superior.

Os cursos profissionalizantes não foram citados por nenhum dos entrevistados como uma opção de profissionalização para ter melhores condições de emprego e, posteriormente, ingressar no curso de bacharelado.

Novamente foi mencionado por eles a questão financeira como o principal fator que dificulta à procura por um curso superior, afirmaram também que os cursos oferecidos gratuitamente pertencem a áreas que não são de interesse deles.

Atualmente 66% dos entrevistados trabalham e 34% trabalhavam e estão desempregados, porém tentam uma nova recolocação profissional. As áreas em que eles atuam são operacionais, em indústrias metalúrgicas na área de produção; caixa de loja; atendente e auxiliar administrativo e uma das entrevistadas cursa a Faculdade de Pedagogia e atualmente é professora no ensino infantil.

Durante o Ensino Médio, a orientação para a escolha de uma qualificação profissional veio de familiares e de alguns professores. Todos os entrevistados afirmaram não terem tido uma orientação formalizada pela equipe gestora da escola.

Alguns relatos expressaram arrependimento por não seguirem as orientações dadas, por falta de amadurecimento dos alunos para entenderem a importância do ensino superior em sua vida profissional e pessoal.

A entrevistada (D) alegou que devido à falta de comunicação e colaboração dos alunos da sala, as orientações dadas pelos professores não eram aproveitadas de forma eficaz, como demonstra o relato a seguir:

“ Infelizmente não, era difícil a comunicação entre alunos e professores a minha sala era muito bagunçeira e os professores tinham pouca paciência, foram muitos conflitos, só tínhamos o básico da matéria, até atividade fora da sala eram poucas”.

Em relação à participação em palestras ou seminários cujo tema ligava-se à profissionalização, 83% dizem não terem lembrança dessas palestras durante o período em que estudaram na escola, 17% lembraram-se de alguma coisa relacionada a palestras, porém demonstraram não terem tido interesse sobre os temas abordados.

Os alunos asseveraram que o objetivo das palestras era mais para obterem nota nas disciplinas, uma vez que o aluno que fizesse parte desses eventos ganhava pontos extras nas matérias, assim a participação não era uma ação espontânea.

Todos os entrevistados afirmaram que não houve nenhum tipo de abordagem por parte de representantes da escola com o intuito de ter conhecimento sobre escolhas profissionais dos alunos. Como também não houve interesse dos gestores em tomarem ciência sobre as escolhas acadêmicas ou mesmo as colocações profissionais de alunos egressos.

Com referência ao agente influenciador na escolha profissional, percebe-se que a família e a necessidade de uma renda imediata fazem com que os entrevistados sejam colocados no mercado de trabalho, todavia sem receberem qualquer tipo de intervenção em suas escolhas. Muitos buscam influências no desejo de contribuir com a sociedade e, através dessa contribuição, conseguirem uma colocação profissional, como relata abaixo o entrevistado (A)

“Tem que gostar da sua escolha, e não optar somente pela remuneração, por isso escolhi a psicologia, gosto de ouvir as pessoas e dar conselhos, pretendo ajudar as pessoas me especializando mais, não tive ninguém que me influenciasse, fui eu mesma que escolhi.”

O futuro profissional representa um fato incerto e com poucas possibilidades de planejamento; pois, no decorrer da pesquisa, observou-se que a grande conquista dos jovens é manterem-se empregados para suprirem as suas necessidades básicas.

Segundo Alves (2007), entende-se, pois, que as maiorias socialmente excluídas, mais ou menos organizadas, tiveram poucas escolhas na gramática de poder republicano no Brasil. De pronto, não couberam nos paradigmas estabelecidos. As marchas e contramarchas dos planos e programas de saúde, segurança, educação, moradia, transporte e saneamento urbano até muito recentemente (e em parte até agora) provam a ausência das maiorias na ótica das prioridades.

Desta forma, as manifestações de realização profissional no futuro tornam-se não um planejamento, mas a concretização de um sonho, o de ter condições financeira e social dignas.

Uma das entrevistadas, apesar de ter 23 anos, diz pretender prosseguir seus estudos, entretanto com o seu salário atual não vislumbra possibilidades futuras de investir em sua carreira. Assim, seu objetivo é investir no futuro de sua filha, pretende que esta realize o sonho da formação acadêmica que sua mãe não teve.

Alguns entrevistados afirmaram o desejo de darem continuidade aos estudos interrompidos por falta de condições financeiras para se manterem no mercado de trabalho.

Os alunos mostraram-se cientes de que o mercado de trabalho é cada vez mais competitivo e, assim, exige pessoas qualificadas. Apesar das dificuldades para um planejamento do futuro profissional, 17% externaram a vontade de serem empreendedores para gerirem seu próprio negócio.

Estabelecer a localização das ações feitas pela escola e o nível hierárquico foi importante para identificar quem decide sobre as ações e projetos da unidade escolar, visando à qualificação profissional dos alunos. Os resultados mostraram que essas ações atualmente são oferecidas principalmente pelas atividades realizadas aos fins de semana por meio da equipe da Escola da Família.

Atualmente a escola não tem nenhum tipo de atividade permanente centrada na qualificação profissional, com exceção da Escola da Família que realiza cursos nas áreas de informática, artesanato e manicure.

As atividades e ações realizadas são divulgadas para a comunidade, por meio da colaboração dos alunos e de cartazes afixados na escola, assim a comunidade fica sabendo dessas atividades, o *blog* também tem se mostrado uma importante fonte de divulgação.

A escola não possui um programa focado na formação profissional que direcione os alunos, sendo os professores os agentes responsáveis em orientá-los.

A unidade escolar mantém uma parceria com a Fundação Paula Souza; porém pouco explorada. Dessa forma não é lembrada pela maioria dos alunos, docentes e funcionários. Portanto o destaque é dado aos cursos profissionalizantes pagos pelos alunos oferecidos por instituições da região em áreas de idioma e informática.

Não há acompanhamento da equipe gestora relacionado em obter informações sobre possíveis colocações dos alunos no mercado de trabalho ou busca por cursos profissionalizantes.

A maioria dos alunos trabalha durante o dia em tarefas operacionais e dedica-se aos estudos à noite.

Em relação a palestras e seminários cujo tema seja profissionalização, verifica-se que o número de ações ainda é ínfimo; não sendo, assim, lembrado pelos entrevistados.

Quanto aos principais agentes influenciadores na escolha profissional, destaca-se a participação dos professores nos aconselhamentos e a participação da família. Os alunos asseguram que um futuro profissional promissor está relacionado à melhor qualificação profissional e manifestaram o interesse em dar continuidade aos estudos, porém a maioria não possui uma área definida.

A estrutura da gestão escolar é descentralizada, desse modo os professores podem dar opiniões e sugestões nas ações a serem realizadas.

Há direção, vice- direção e coordenação que são atuantes em suas atividades do cotidiano, entretanto trabalham isoladamente. As mudanças ocorridas no PPP são discutidas com um grupo de professores que formam um conselho, todavia muitas mudanças são feitas pelo diretor, o responsável pelo PPP, e a consulta a esse projeto só poderá ser feita mediante a presença e a autorização do diretor.

A fonte de recursos para qualquer tipo de ações e atividades ocorre predominantemente com recursos públicos, uma vez que a escola não recebe nenhum tipo de recurso financeiro obtido por meio de empresas ou instituições particulares.

Atualmente a escola não dispõe de uma pessoa que faça o acompanhamento dos alunos egressos para tomar ciência sobre suas atividades depois de concluírem o Ensino Médio, sendo que a informação é obtida por meio da manifestação espontânea de ex-alunos que visitam a escola ou depoimento de familiares.

## **5 CONCLUSÃO**

Esta pesquisa teve o objetivo de problematizar a gestão escolar para a qualificação profissional no Ensino Médio em uma escola pública estadual na periferia de Osasco.

Para entender as funções do gestor escolar, a importância da qualificação profissional e o ambiente escolar no Ensino Médio, buscou-se a compreensão sobre o tema para ser problematizado em um contexto organizacional.

A trajetória de leituras, a participação em eventos da escola, a convivência com os alunos, os professores, os gestores e os funcionários, contribuíram para concluir que é um tema com necessidades constantes de pesquisa e construção.

As entrevistas realizadas com professores, funcionários, alunos em curso e egressos, apontam algumas deficiências na gestão escolar, como, a falta de palestras e cursos visando à qualificação profissional, a necessidade de uma parceria com as empresas da região objetivando a captação de recursos para a realização de ações, como, cursos profissionalizantes e projetos que poderiam ser discutidos entre os alunos, despertando seus interesses pelo mercado de trabalho.

A gestão escolar e a sua importância para o futuro profissional do aluno desafiam a escola a ir além de suas ações e de suas práticas previstas em seu PPP e aproximar-se dos alunos e da sociedade de forma participativa com a finalidade de transformações. No entanto, antes de ir além, o gestor precisa ser reconhecido e valorizado como um interlocutor que pode aproximar o aluno de melhor condição social e econômica por meio de sua escolha profissional.

Verificou-se que a escola tem grande dependência das atividades desenvolvidas pela Escola da Família, porém a gestão não faz um aproveitamento dessa estrutura de maneira planejada e eficaz. A falta de aproveitamento das atividades desenvolvidas na Escola da Família poderia também ser um tema explorado em futuras pesquisas, tendo em vista que hoje no estado de São Paulo o programa atende 619 municípios e 2.685 estabelecimentos escolares, segundo informações publicadas pelo Governo do estado no *site* da FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação).

Os cursos profissionalizantes oferecidos aos fins-de-semana, como, informática, artesanato e manicure, são pouco divulgados e não existe um planejamento de ampliação dos cursos de profissionalização, tampouco a busca por parcerias com as empresas privadas e a comunidade local.

O futuro profissional dos alunos não é acompanhado de forma eficaz e sistemática pelos representantes da escola para dimensionar quais são as necessidades de profissionalização desses alunos. Essa ação poderia auxiliar a inserção dos ex-alunos do Ensino Médio à profissionalização.

É notório que boa parte dos alunos entrevistados depende de seus próprios recursos para se profissionalizar, uma vez que não podem contar com recursos advindos de sua família. Se a gestão escolar propusesse ações eficazes no sentido da qualificação profissional dos alunos, estes teriam a possibilidade de se colocarem com melhores perspectivas no mercado de trabalho.

Os jovens recebem poucas orientações relacionadas ao mercado de trabalho e à profissionalização, esse direcionamento se dá por meio da ajuda de alguns professores em sala de aula e não pela gestão escolar.

A participação dos alunos em palestras e seminários, para terem contato com a realidade do mercado de trabalho e com as mudanças ocorridas nas organizações, é praticamente zero. Pois esta seria uma forma de eles dialogarem com seus colegas e professores e, partir daí, criarem um amadurecimento de análises e críticas acerca da escolha profissional.

Uma gestão escolar de estruturas organizacionais, de ações, de projetos ou de pessoas, deve respeitar os limites e sugestões de seus colaboradores, para proporcionar aos seus alunos formação a partir de condições básicas de inserção, seja ela social ou econômica.

A contribuição que a escola pode dar aos alunos é a de formar pessoas que sejam capazes de construir condições sociais e não simplesmente aceitar as impostas e, acima de tudo, dar condições para o aluno perceber, criar e ter contato com diversos contextos diferentes.

A necessidade de uma gestão escolar atenta aos movimentos que cercam a sociedade e o mercado profissional é uma necessidade estratégica para além do cumprimento das tarefas básicas do cotidiano escolar.

Pensar no atual perfil do aluno, na sua geração, em suas formas de aprendizagem, na atualização de suas necessidades profissionais, nas práticas e nos objetivos dos Projetos Políticos Pedagógicos são questões de urgência social.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Roberto. Um outro modo de construir políticas de comunicação e cultura. **Revista Organizações em Contexto**, v.5, p.69-89, 2007.

ASTOLFI, Jean-Pierre. **A didática da língua**. São Paulo: Papirus, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUMAGALLI, Laura. **O ensino no nível fundamental de educação formal**: argumentos a seu favor. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa, FREITAS, Katia Siqueira de, GIRLING, Robert, KEITH, Sherry. **A escola participativa : o trabalho do gestor escolar**. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2001.

VALERIEN, Jean, DIAS, João Augusto. **Gestão da escola fundamental**: subsídios para análise e gestão de aperfeiçoamento. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/MEC, 1992.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## USO DO DOSVOX NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO SUL DO ESPÍRITO SANTO COMO FACILITADOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.

Jocimar Fernandes<sup>1</sup>  
Ana Lucia Louzada Fernandes<sup>2</sup>  
Adão Guilherme Almeida Brandão<sup>3</sup>  
Lorena Andrade Pereira<sup>4</sup>  
Pedro Afonso Tuão Lima<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo baseia-se no processo de ensino aprendizagem dos adolescentes e adultos portadores de alguma deficiência visual nas escolas municipais e estaduais no sul do Espírito Santo, por meio do uso da ferramenta DOSVOX. Assegurado pelas Leis de nº 7.853; 7853/89; 9394/96 de 24 de outubro de 1989. Em vista disso, este projeto propõe apresentar o DOSVOX da NCE/ UFRJ (2002), recurso sonoro empregado com o objetivo de facilitar o trabalho de aprendizagem dos deficientes visuais nos estudos, bem como analisar como sua utilização tem contribuído para inclusão destes alunos nas escolas públicas estaduais e municipais do Sul do Estado do Espírito Santo. Um dos fatores para a pesquisa, foi à motivação da Análise ergonômica dos programas DOSVOX e Virtual Vision desenvolvidas por Miranda e Alves (2001) na ACIC – Associação Catarinense de Integração dos Cegos. Assim, serão analisados também, os suportes técnicos do programa, as formas de aplicação, a ergonomia e os resultados alcançados em relação a uma análise de campo realizada no período de 01/06/2019 à 20/11/2019.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital; Deficientes Visuais; DOSVOX; Processo de Aprendizagem.

### ABSTRACT

This article is based on the teaching and learning process of adolescents and adults with visual impairment in the municipal and state schools in the south of Espírito Santo, using the DOSVOX tool. Insured by the Laws No. 7,853; 7853/89; 9394/96 of October 24, 1989. In view of this, this project proposes to present the DOSVOX by NCE / UFRJ (2002), a sound resource used to facilitate the learning work of the visually impaired in the studies, as well as to analyze how their use has contributed to the inclusion of these students in state and municipal public schools in the south of the state Espírito Santo. One of the factors for the research was the motivation for the ergonomic analysis of DOSVOX and Virtual Vision

<sup>1</sup> Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional - UCAM - Campos - Professor e Coordenador do Curso Técnico em Informática - EEEFM "Presidente Getúlio Vargas" - SEDU - ES.  
jocimarfernandes@gmail.com.

<sup>2</sup> Especialista em Docência Superior (UCAM). Bacharel em Direito (UNES), Professora e Coordenadora do Curso Técnico em Administração - EJA - EEEFM "Quintiliano Azevedo" - SEDU -ES.  
, allouzadafernandes@gmail.com.

<sup>3</sup> Bacharel em Sistemas de Informação Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, adaoguilherme000@gmail.com.

<sup>4</sup> Bacharel em Sistemas de Informação, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,  
lorenaandradepereira96@gmail.com.

<sup>5</sup> Bacharel em Sistemas de Informação, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, pedrotuao1@mail.com.

programs developed by Miranda and Alves (2001) at ACIC - Santa Catarina Association for the Integration of the Blind. Thus, the technical support of the program, the application's forms, the ergonomics and the results achieved in relation to a field analysis carried out in the period from 01/06/2019 to 20/11/2019 will also be analyzed.

**Keywords:** Digital Inclusion; Visually Impaired; DOSVOX; Learning process.

## 1 INTRODUÇÃO

O Artigo a seguir aborda a ferramenta DOSVOX<sup>6</sup> no ensino de deficientes visuais. Segundo o IBGE<sup>7</sup> (2012) no Brasil, 18,6% da população nacional possui algum grau de deficiência visual e dessas, 3,46% possui deficiência visual severa e devido ao grande número de cidadãos afetados pela deficiência visual, o governo tem estabelecido leis que possibilitem uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, como é o caso da Lei 7.853/89 que determina a adoção de medidas para permitir acessibilidade dos deficientes visuais aos ambientes, ao mercado de trabalho, a educação adaptada. A Resolução CNE/CEB N°2/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE), também é um documento que aborda uma sequência de diretrizes para educação especial do ensino básico ao superior, e assegura a todos os alunos acessibilidade a todos os níveis de ensino.

Assim, para tornar as coisas possíveis, surgiram iniciativas e ferramentas, como o projeto DOSVOX implantado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e apoiado por instituições como MEC - Projeto CAP, Rede Nacional de Pesquisa, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV permitindo que Portadoras de Deficiência Visual (DV's) desempenhar uma série de tarefas, adquirindo um nível alto de independência e autonomia nos estudos.

Portanto, o problema que move este artigo é: a aplicabilidade do DOSVOX no ensino público como metodologia poderá proporcionar um processo facilitador de ensino-aprendizagem no relacionamento da comunidade escolar. Sendo assim, um dos questionamentos é se a escola e sua equipe estão preparadas para mediar a utilização da ferramenta com os discentes que necessitam de cuidados especiais no processo educacional. Para isso, pesquisou-se uma maneira de provocar a comunidade escolar para uma reflexão sobre como lidam com o

---

<sup>6</sup> A voz do DOS - Disk Operating System, sistema operacional muito usado na década de 1990.

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DOSVOX na escola e o que podem fazer para melhorar seu desempenho no processo educacional.

A discussão deste artigo aborda um tema cotidiano no ambiente escolar, que praticamente nenhum profissional da área de educação pode se furtar a analisar, pois se lida com os alunos com deficiência visual todos os dias no âmbito escolar. Neste sentido, é possível perceber a necessidade de se estudar meios de melhorar a aplicabilidade do DOSVOX como processo de ensino aprendizagem dos alunos para uma melhor reflexão na vida acadêmica e pessoal.

Para isso, a pesquisa envolve as escolas públicas da região sul do ES, a fim de provocar um diferente olhar sobre o tema uso do DOSVOX no ensino público em escolas da rede pública estadual, utilizando uma metodologia capaz de abordar os conceitos de forma abrangente e, principalmente, amadurecer a percepção dos alunos com enfoque acerca da utilização da ferramenta tecnológica DOSVOX em sala de aula, tema este com produção científica pela área de Tecnologia da Informação, cabendo, muitas vezes uma breve análise de áreas interdisciplinares como Ciências Humanas, Sociologia e Serviço Social, contudo, se encaixando em inclusão social através da tecnologia da Informação.

Como objetivo geral, pretende-se analisar a utilização de tecnologia sonora na inclusão de deficientes visuais em sala de aula focando na aplicabilidade do DOSVOX. De forma mais específica espera-se observar formas de aplicação de ferramentas sonoras na inclusão de deficientes visuais em sala de aula; verificar atendimento do suporte técnico, identificar os padrões ergonômicos oferecidos para usuários da ferramenta averiguando facilidade de acesso, analisar a qualidade do conteúdo disponibilizado e os avanços gerados pela acessibilidade digital através do DOSVOX no processo educacional.

Os conteúdos apresentados neste trabalho são baseados primeiramente em uma pesquisa bibliográfica que aborda desde o surgimento do Projeto DOSVOX e seu alcance na inclusão dos alunos deficientes visuais no processo educacional. Após isso, a uma pesquisa de campo realizada através de entrevistas em escolas públicas municipais e estaduais localizadas nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes, Vargem Alta e Itapemirim. Serão também verificadas questões como: Interação Homem x Computador; a possível substituição do teclado por síntese da voz; suportes técnicos e a efetividade da ferramenta.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Seguindo o raciocínio de Campelo (2010), o ser humano é um ser destinado a aprender a conquistar conhecimento, pois dentre as tantas variedades de seres que habitam o planeta tem o privilégio de raciocinar, pensar, tem a capacidade de entender-se no mundo. Logo a educação passa ser algo fundamental e extremamente necessário para compreender o que lhe faz pensar, e graças a essa capacidade exclusiva todos os seres humanos obtêm a capacidade de gerar a criatividade.

E com a criatividade, segundo o estudo de Radabaugh (1993), no século XVIII, surgiu, em Paris, a primeira escola de cegos, o *Instituto Real dos Jovens Cegos*, criada por Valentin Haüy, em 1784, visando fornecer a devida educação para cegos e retirá-los da condição de moradores de ruas, onde a sociedade os fixaram como “perturbadores da ordem social”, e com a educação de prepará-los profissionalmente visto demonstrações significativas de suas capacidades expostas principalmente por cegos pertencentes à burguesia.

Assim, o instituto criado por Valentin foi um dos primeiros a criar serviços relacionados a educação de cegos, na qual o objetivo era provar suas teorias sobre a capacidade de superação da cegueira através da educação, com o sucesso do instituto e a medida em que sua teoria foi provada o exemplo foi seguido por várias cidades como Liverpool, Londres, Viena, Amsterdã, Berlim, Zurique, Boston e Nova Iorque – o New York Institute for the Education of the blind, em 1832.

Com isso, através da criatividade e desejo se entender-se no mundo que a população deficiente visual sai da margem da sociedade antiga se introduz na mesma, mostrando habilidades relacionadas principalmente a música, matemática, artesanato. O deficiente visual ao decorrer da história surpreendeu a população que antes os subestimaram como inúteis, agora, tornando-os admiradores até mesmo os atribuindo poderes e capacidades extraordinárias.

Os deficientes visuais continuam surpreendendo até a atualidade conquistando cada vez mais espaço na sociedade sendo assegurado pela constituição brasileira de 1988 prevendo que

todo cidadão brasileiro tem direito à educação, além da aprovação da LEI Nº 7.853/1989 acrescentando garantia a educação especial, dá através inserção compulsória em escolas públicas e privadas e oferecendo bolsas de estudos e garantindo materiais específicos.

Seguindo os estudos expostos por Bianchetti, Ros e Deitos (2000), professores brasileiros reconheciam o grande potencial de alunos deficientes e infelizmente muitas vezes encontravam-se despreparados para educar tais alunos, prejudicando a educação básica. Uma vez tendo uma educação básica prejudicada dificilmente acompanhavam no mesmo ritmo de aprendizagem dos demais alunos diminuindo as chances no vestibular. Algumas dificuldades já são geradas pela falta de qualidade na educação básica, como muitos não dominam o Braille e assim precisam de mais estímulos para garantir sua evolução e alcançar seus limites.

## 2.1 DOSVOX

O DOSVOX acrônimo para DOS (Disk Operating System) e VOX (Voz) "A Voz do DOS" em tradução direta, é um recurso sonoro aplicado no ensino de deficientes visuais, atualmente disponibilizado gratuitamente na Internet através de diversos sites como Rede Saci<sup>8</sup>, INTERVOX<sup>9</sup>, porém, tem o site Centro de Assistência Educacional ao Cego (CAEC) responsável pelo fornecimento de suporte técnico aos usuários do sistema. O projeto pode ser definido como um sistema desenvolvido para atender computadores da linha PC, no qual o deficiente visual através de sua voz consegue obter fácil acesso a plataforma do aparelho e, com isso, aumentar o seu grau de independência no acesso ao conhecimento, bem como na utilização da tecnologia para o trabalho.

Partindo do estudo de Bianchetti, Ros e Deitos (2000, p.46), DOSVOX é um sistema desenvolvido para computadores da linha PC, que se comunica com seus usuários por meio da síntese de voz[...], possibilitando a deficientes visuais o uso de computadores, gerando uma série de possibilidades relacionadas à inclusão digital.

---

<sup>8</sup> Sociedade, Apoio, Comunicação e Informação

<sup>9</sup> Servidor de projetos voltados a portadores de deficiência

A síntese da voz funciona como uma forma de comunicação entre homem e máquina onde a voz assume o papel do teclado e com interfaces adaptativas conseguem ir além estabelecendo um diálogo amigável com o usuário; se tornando um dos sistemas mais utilizados na atualidade em relação à inclusão e educação de deficientes visuais e sendo necessário um suporte mais abrangente.

Segundo o site do DOSVOX, o programa é composto pelos itens:

- Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário;
- Sistema de síntese de fala;
- Editor, leitor e impressor/formatador de textos;
- Impressor/formatador para braille;
- Diversos programas de uso geral para o cego, como Jogos de caráter didático e lúdico;
- Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida;
- Programas para ajuda à educação de crianças com deficiência visual;
- Programas sonoros para acesso à Internet, como Correio Eletrônico, Acesso a Homepages, Telnet e FTP.
- Leitor simplificado de telas para Windows

## 2.2 Deficiência Visual

No Brasil, segundo dados do IBGE de 2010, existem cerca de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, sendo que 528 mil são cegas e os outros 6 milhões possuem baixa visão ou visão subnormal.

A Deficiência Visual "[...] refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais" (SANTOS et al. (2016) *apud* SILVEIRA; NASCIMENTO, 2013, p. 73).

De acordo com Almeida e Araújo (2013) *apud* Souza (2008), as pessoas com deficiência costumam apresentar um conflito entre o que realmente são e o que pensam que são: “deficientes”. Isso ocorre pela visão social que foi construída em torno da deficiência, como sinônimo de doença.

[...] as pessoas com deficiência parecem estar mais sujeitas a condições de opressão social e estigmatização cultural, resultando em rejeição e exclusão social, pela maioria dos povos. Desse modo o que se observa é que a identidade do deficiente apesar de ser frequentemente justificada pela dimensão biológica é, na verdade, fortemente influenciada pela dimensão cultural (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013 apud MACEDO, 2008).

Segundo Loch (2008) *apud* Sasaki (2007), precisamente, diferencia-se a deficiência visual, em parcial, também designada visão subnormal ou, mais corretamente, de baixa visão, e cegueira, quando a deficiência visual é total.

Conforme a 10ª revisão da Classificação Mundial Internacional das Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID-10) da Organização Mundial de Saúde, existe um amplo espectro de perdas de visão, situadas ao longo de um continuum, correspondendo à baixa visão a acuidades visuais compreendidas entre os 0.3 e os 0.05 e a cegueira, a acuidades visuais inferiores a 0.05 ou a um campo visual inferior a 10° em torno do ponto de fixação. A baixa visão integra duas categorias, a baixa visão moderada (acuidades visuais compreendidas entre 0.3 e 0.1), e a baixa visão severa (acuidades visuais entre 0.1 e 0.05) (STORCH, 2013 *apud* WHO, 2010).

A deficiência visual pode ser vista em diferentes categorias, podendo ser caracterizada como cegueira congênita (a pessoa já nasce com ela) e cegueira adquirida (a pessoa adquire em qualquer outro período da vida).

Essa deficiência pode atingir pessoas de qualquer cor, raça, religião, idade e sexo. A falta de visão afeta não somente a pessoa cega, mas também a família, os amigos etc., mas se o deficiente receber os atendimentos especializados adequados muitas dificuldades poderão ser superadas. Torna-se um dever da família a busca por esses atendimentos. Assim, ela não deve olhar para a pessoa cega e vê-la como incapaz, mas deve tratá-la como um indivíduo capaz de superar suas dificuldades e limitações. (SANTOS *et al.*, 2016)

### **2.3 Importância da tecnologia na educação do deficiente**

A tecnologia é uma importante aliada de professores para garantir a autonomia dos alunos, seja para amenizar barreiras, personalizar o

aprendizado ou gerar engajamento. Quando se fala em ambientes inclusivos, é comum pensar em tecnologias assistivas, que promovem ou ampliam as habilidades funcionais de alunos com deficiência, mas professores dedicados a trabalhar a inclusão na escola também reconhecem que as ferramentas digitais têm um potencial de engajar os alunos nas práticas de aprendizagem. (LOPES, 2017)

Contudo, ainda existem dificuldades na inclusão de cegos e a tecnologia se demonstrou uma poderosa ferramenta ampliando horizontes na educação, possibilitando a crianças e adolescentes a exploração de novas maneiras de aprendizagem e assim saindo do método rotineiro apresentado no cotidiano escolar.

Se encaixando perfeitamente nos estudos de Radabaugh (1993), onde “para pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

A professora Maria de Lourdes Pezzuol, de Mogi das Cruzes, em São Paulo afirma que “A tecnologia é viva, colorida e lúdica. Ela potencializa a inclusão porque você não fica apenas em uma metodologia”

## **2.4 Direitos que asseguram os deficientes visuais**

Como abordado por Corrent (2015), da Idade Antiga ao alcance do direito à educação na atualidade, pessoas com problemas visuais percorreram um caminho longo e sofrido, caracterizado por rejeição, preconceito, muitas vezes condenados à morte. Em cada época da nossa história os deficientes visuais foram tratados de formas diferentes, para alguns eram considerados loucos, incapazes, bandidos, ou simplesmente excluídos por serem vistos como anormais, mas também existiam que os obtinham compaixão. A sociedade os via, porém quase ninguém reconhecia seus valores, proporcionando uma infinidade de reações que variaram do repúdio à aceitação.

Segundo análise de Tureck (2005), os direitos que asseguram os deficientes visuais foram alcançados por eles mesmos, sendo uma pequena parcela marginalizada e destacada pedindo

esmolas em ruas ao decorrer da história, conseguiram chamar atenção para grandes feitos como:

Nicholas Saunderson, matemático e professor em Cambridge, e Jacob de Netra, criaram sistema de letras em relevo no século XVIII, Maria Thereza von Paradis, concertista, e John Metcalf, comerciante engenheiro. Esses destaques eram vistos como extraordinários, uma vez que tais feitos não eram compreendidos como possíveis de serem realizados por pessoas cegas, desconsiderando-se, assim, as suas capacidades. (TURECK, 2005, p. 2).

Atualmente a capacidade do deficiente visual foi exposta e reconhecida tendo leis que asseguram sua inclusão e qualidade de vida como:

A Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 ampara a acessibilidade aos portadores de deficiências visuais, integração no mercado de trabalho e educação adequada e adaptada.

A Lei no. 7853/89 trata dos direitos e deveres dos portadores de deficiências, garantindo que em todo o território brasileiro ações sejam desenvolvidas para melhorias em sua vida, saúde, educação, trabalho e lazer. Em seu artigo 1º estabelece: “Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei”.

A Lei no. 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantiu escolaridade gratuita a todos em seu Capítulo V, nos artigos 58, 59 e 60. (BRASIL 1989, p.1).

## **2.5 Uma reanálise do estudo de caso**

Na pesquisa realizada por Miranda e Alves (2001) na ACIC, foi concluído que o DOSVOX contém problemas ergonômicos referente a componentes presentes na interface e os avisos de erros. Um dos exemplos citados é a dificuldade de usuários retornarem um projeto textual do

ponto de parada, visto que a interface não informava o devido ponto de parada exigindo um grande esforço aos usuários ocorrendo facilmente erros na digitação.

No estudo, foi observado que o programa se torna lento não conseguindo acompanhar usuários que obtêm um ritmo de digitação mais acelerado. Além de relatos referentes à voz digitalizada e seu complexo entendimento em textos extensos. A pesquisa também abrangeu professores de AEE, onde foram questionados sobre a existência de dificuldades, os principais relatos, foram referentes a abordagem de recursos gráficos do Windows visto que esses foram projetados em sua essência para utilização de informações visuais.

Ainda em relação à pesquisa realizada por Miranda e Alves (2001), pode-se considerar de extrema importância. Contudo, obteve sua realização em 2001, gerando a necessidade de novas avaliações na atualidade com o intuito de analisar se os problemas ainda persistem em escolas que fazem a sua utilização. Além do possível surgimento de novos relatos referentes a problemas ergonômicos do projeto DOSVOX, tendo em vista suas atualizações mais recentes e inserção de novas funções como exposto pela NCE/ UFRJ (2013).

### **3 METODOLOGIA**

Do ponto de vista metodológico, este estudo desenvolve-se com base em pesquisa bibliográfica sobre o projeto DOSVOX, abrangendo suportes técnicos, e avalia a intensidade que o mesmo promove facilidade de acesso ao meio digital através de programas assistenciais. Abrange também sua compatibilidade, formatos disponíveis a computadores da linha PC utilizados nas Escolas Estaduais e Municipais do Espírito Santo – SEDU.

Tendo em vista o suporte técnico, faz-se uma análise a viabilidade, qualidade e facilidade de acesso dessa ferramenta sonora bem como a aplicação na metodologia de ensino dos alunos em seu dia a dia.

A análise se dará por meio de uma abordagem qualitativa tendo como base uma análise bibliográfica de obras como: “A educação dos cegos”, “As novas tecnologias”. Além de artigos como: Análise ergonômica dos programas DOSVOX e Virtual Vision e projeto DOSVOX.

Pesquisa bibliográfica é o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos. Como resultado obtém-se uma lista com as referências e resumos dos documentos que foram localizados nas bases de dados (NEVES; JANKOSKI; SCHNAIDER, 2013, p. 2).

A partir da investigação bibliográfica, a abordagem quantitativa será através da pesquisa de campo realizada nas escolas do Estado do Sul do Espírito Santo. Onde no segundo semestre de 2019, juntamente com as professoras de DV foi analisado o desenvolvimento dos alunos que já fazem o uso da ferramenta e principais dificuldades encontradas por professores e alunos portadores de deficiência visual na utilização do DOSVOX em sala de aula. Além dos motivos apontados por alguns professores de AEE e alunos não incluírem a mesma em sua metodologia.

Com base nessa análise da ferramenta DOSVOX, será exposta sua abrangência em relação a suportes técnicos e necessidades de seus usuários, confirmando se os problemas restringem-se apenas a ferramenta ou também ao meio onde ela é aplicada, ao final da pesquisa será destacado se sua utilização foi efetiva no aprendizado dos alunos que já obtém um conhecimento prévio da mesma, e também possibilidades de utilização e aplicação para alunos que não obtiveram ainda o primeiro contato com a ferramenta com intuito promover estratégias para que futuramente possa-se ocorrer de maneira mais fácil e ágil a inclusão de alunos deficientes visuais no meio tecnológico.

## **4 RESULTADOS, ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Resultados**

A pesquisa apresenta resultados questionadores sobre o uso do DOSVOX, percebe-se que entre 10 entrevistados, somente 3 usam o DOSVOX.

Entre as escolas pesquisadas apenas 4 possuem recursos tecnológicos suficientes para uso do DOSVOX e somente 2 professoras entrevistadas possuem o domínio do uso da ferramenta o que corresponde 33,3% da amostra.

Tendo em vista os resultados da pesquisa, é possível afirmar que a ferramenta DOSVOX não é usada adequadamente, considerando que somente 30% a usam com relação ao total de entrevistados e a estrutura das escolas não acompanham o poder da ferramenta considerando que entre todas as escolas somente 57% possuem estrutura para o seu funcionamento.

#### **4.1.1 Do quantitativo de escolas e alunos**

Tendo em vista a população informada pela SRE – Superintendência Regional de Educação de Cachoeiro de Itapemirim (2019), constam 44 alunos com grau de deficiência visual e as entrevistas realizadas em 2 escolas da rede municipal de ensino, foi possível definir a seguinte amostra:

- Um total de 46 educandos com grau de deficiência visual, seja na condição de cegueira total, baixa visão, visão bilateral (enxerga apenas por uma vista) ou transplantado.
- 22 escolas possuem educandos com grau de deficiência visual, nas condições citadas acima.

Dessa forma, com base a população informada pela SRE, que abrange os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Iconha, Vargem Alta, Muqui, Atílio Vivácqua, Rio Novo do Sul, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy, Itapemirim, Jerônimo Monteiro e Marataízes, 20 das escolas que compõem os municípios citados além das 2 escolas municipais de Marataízes e Itapemirim possuem educandos portadores de deficiência visual.

No Quadro 1 é apresentado o total escolas há um quantitativo de 46 educandos que se enquadram nestas condições,

Escola	Quantidade de alunos
EEEFM AGOSTINHO SIMONATO	2
CEI ATILA DE ALMEIDA MIRANDA	5
EEEF CAROLINA PASSOS GAIGHER	3
EEEF DOUTOR ARISYDES CAMPOS	1
CEEFTI LICEU MUNIZ FREIRE	3
EEEFM LIONS SEBASTIÃO DE PAIVA VIDAURE	4
EEEF MARIA ANGÉLICA MARANGONI SANTANA	1
EEEFM PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	2
EEEF PROFESSORA AMÉLIA TOLEDO	1
EEEFM PROFESSORA HOSANA SALES	1
EEEF PROFESSORA PETRONILHA VIDIGAL	3
EEEFM QUINTILIANO DE AZEVEDO	1
EEEFM LEOPOLDINO ROCHA	3
EEEFM DOMINGOS JOSÉ MARTINS	2
CEEFMTI ANTONIO ACHA	1
EEEM ANTÔNIO SABATINI SIMONI	1
EEEF PEDRO JOSÉ VIEIRA	2
EEEF MONTEIRO DA SILVA	1
EEEFM MARCONDES DE SOUZA	5
EEEFM GUILHERME MILANEZE	2
EMEF MARIA DA GLÓRIA NUNES NEMER	1
EMEIEF ELVIRA MEALE LESQUEVES	1
<b>Somatório:</b>	<b>46</b>

Quadro 1 – Relação de escolas e suas respectivas quantidades de alunos portadores de deficiência visual.

Fonte: SRE SEDU – Desenvolvidos pelos Autores, 2019.

#### 4.1.1.1 Do quantitativo de entrevistados

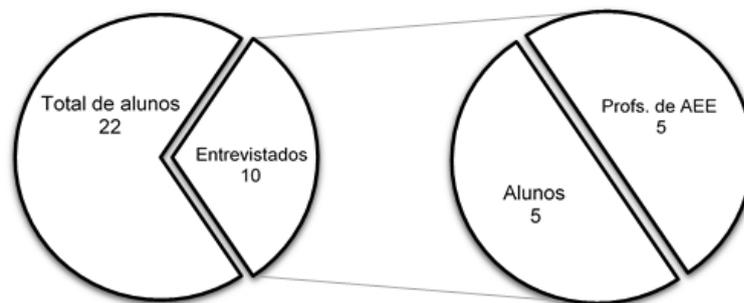


Gráfico 1 – Total de alunos e Entrevistados.

Fonte: SRE SEDU – Cachoeiro de Itapemirim, Desenvolvidos pelos Autores, 2019.

Do quantitativo de educandos apresentado, foi realizada a entrevista com 10 pessoas nas escolas dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Marataízes e Vargem alta, sendo estes alunos(as) e professores de AEE, uma vez que em determinados casos os alunos estavam realizando atividade avaliativa no momento a realização da entrevista, e assim as entrevistas foram realizadas com os professores de AEE, que auxiliam no delineamento desta.



Gráfico 2 – Total de entrevistados por homem e mulher.

Fonte: Desenvolvidos pelos Autores, 2019.

No Gráfico 2, o total de entrevistados por homem e mulher, sendo o total de 10 entrevistados, 01 homem e 09 mulheres, assim relacionados. As idades dos entrevistados variam entre 13 anos aos 42 anos, com uma média de 13 anos para homens e aproximadamente 25 anos para as mulheres.

#### 4.1.1.2 Da utilização do DOSVOX

No Gráfico 3, destes 10 entrevistados, vale destacar que apenas 03 utilizam o DOSVOX com frequência e um deles dominava a ferramenta por completo, e, em relação às duas escolas municipais entrevistadas pode-se destacar a falta de material e capacitação dos profissionais.

Além da dificuldade de meios para trabalhar a metodologia básica para educar um deficiente visual. As duas alunas da rede municipal estudam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Gráfico 3 – Total de entrevistados que utilizam o DOSVOX.

Fonte: Desenvolvidos pelos Autores, 2019.

Apesar da diferença de idade, uma com 42 anos e outra com 22 anos, as duas demonstraram um anseio muito grande pelo aprendizado, e destacaram que a falta de recursos prejudica 90% do seu aprendizado, tudo se torna muito limitado e mais complexo quando a falta de material específico, nos 2 casos as próprias professoras de DV com intuito de aplicar sua metodologia com dignidade doam materiais para as alunas como atividades já impressas e apostilas em braile, e Punção de Orelha.

Em relação ao DOSVOX as duas professoras de DV (deficiente visual) tinham conhecimento da sua existência e sabiam utilizar a ferramenta de forma com alunos que já obtinham um conhecimento prévio. Contudo, percebe-se que segundo as professoras não utilizam o DOSVOX nas escolas como metodologia devido a infraestrutura escolar e pela falta de treinamento da ferramenta. Acreditavam que a interação com a internet poderia ser boa para alunas(os) que já obtém um conhecimento prévio, e mesmo tendo essa consciência não se dispuseram até o momento a se aperfeiçoar seu conhecimento em relação a tecnologias assistivas e nem em relação a meios de introduzir o DOSVOX na rede municipal.

#### 4.1.2 Pesquisa – Entrevistas

ALUNO	ESCOLA	IDADE	MODALIDADE
A	E.E.E.F.M “Leopoldino Rocha”	13 anos	Ensino regular
B	E.E.E.M “Guilherme Milaneze Altoé”	17 anos	Ensino regular
C	E.E.E.F.M Presidente “Getúlio Vargas”	17 anos	Ensino regular
D	E.E.E.F.M “Maria da Glória Nunes Nemer”	23 anos	EJA
E	E.E.E.F.M “Elvira Meale Lesqueves”	42 anos	EJA

Quadro 2 – Relação de entrevistados por escola.

Fonte: Desenvolvido pelos Autores, 2019.

#### **4.1.2.1 - Escola: E.E.E.F.M “LEOPOLDINO ROCHA”, Aluno A**

O Aluno A estudante regular da Escola: E.E.E.F.M “LEOPOLDINO ROCHA” por sua vez obtém 2% de sua visão, e utiliza o DOSVOX em sua residência como corretor ortográfico em atividades e textos de autoria própria. O mesmo destacou que a ferramenta é muito útil para ele, facilita algumas atividades. Porém acredita que poderia ser melhor adaptada ao público infantil principalmente em relação a tutoriais.

Sua professora relata que a escola tem uma infraestrutura simples, não falta o básico. Contudo, ainda assim poderia haver melhorias na área tecnológica, não trabalha o DOSVOX com ele por falta de domínio na ferramenta.

#### **4.1.2.2 - Escola: E.M.E.F.M “GUILHERME MILANEZE”, Aluna B**

Por sua vez, a aluna B, de 17 anos, estudante da rede estadual, relata por uma melhoria no meio escolar, onde gostaria que fosse ofertado um curso para que ela e outros deficientes visuais pudessem aprender a utilizar o DOSVOX, e também os demais colegas de classe, pois o programa teria sido de grande valor, já que a auxiliaria na realização das matérias, tarefas e na comunicação.

Na entrevista, a aluna relata que possui paralisia no nervo óptico e possui apenas 2% de sua visão, está no 3º ano do ensino médio regular, conta com uma professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e quando questionada se a mesma se encontra devidamente capacitado para utilizar o DOSVOX em sua metodologia de ensino, ela afirma que não. A professora possui apenas o curso de Braille e Soroban, além disso, relata que a escola possui poucos recursos tecnológicos, e os mesmos não possuem o DOSVOX instalado. Seu acesso à ferramenta é realizado através de um notebook, onde recebeu de doação

juntamente com uma máquina de escrever, de uma ação voluntária realizada pela comunidade local.

A estudante relata que o programa a ajuda nos testes do teclado e os jogos que a ferramenta possui, a ajudam estimular a sua mente, sua ferramenta preferida é o jogo da memória. Porém, ainda existem muitas funcionalidades que ainda não aprendeu a utilizar e outras que apresentam alto grau de dificuldade, mas que tenta aprender sozinha e através de tutoriais no Youtube<sup>10</sup>, no canal do Tiago Paixão Borges<sup>11</sup>. Dessa forma, é bastante evidente que a escola não possui uma intervenção pedagógica através da Tecnologia Assistiva (TA) para o desenvolvimento social e de aprendizagem da aluna.

#### **4.1.2.3 - Escola: E.E.E.F.M PRESIDENTE “GETÚLIO VERGAS”, Aluna C**

Uma das entrevistadas (Aluna C), também com 17 anos, possui deficiência visual total desde o nascimento, e teve seu primeiro contato com o DOSVOX aos 6 anos de idade, na escola EEEFM “Lions Sebastião de Paiva Vidaurre”, também na cidade de Cachoeiro, onde frequentou até os 12 anos de idade. Ainda durante esse período, participou de um curso preparatório para a utilização da ferramenta aplicado por uma professora.

A aluna relatou que no início, havia dificuldade em relação a utilização do teclado, uma vez que era seu primeiro contato com a tecnologia e também com o teclado que ainda não era adaptado, o que foi sendo reduzido com o decorrer da realização do curso.

#### **4.1.2.4 - Escola: C.E.E.F.T.I LICEU “MUNIS FREIRE” e CEI “ATTILA MIRANDA ALMEIDA”, Professora A e Professora B**

Em um caso de coincidência, as professoras A e B relataram que não utilizam o DOSVOX por não haver necessidade, uma vez que os alunos instruídos por elas não possuem quadro de baixa visão ou cegueira total, onde apenas é necessária a utilização de material com texto adaptado para esses alunos.

---

<sup>10</sup> YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede em San Bruno. O serviço foi criado por três ex-funcionários do PayPal - Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim - em fevereiro de 2005.

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/user/tiagodosvox/channels>

Ainda em ambos os casos, elas citaram a falta ou a precariedade de recursos tecnológicos para efetiva utilização da ferramenta, onde, ainda não há o uso efetivo dia a dia da ferramenta, por motivos da precariedade dos recursos tecnológicos (computadores) para a utilização na sala de AEE.

Durante a entrevista nas referidas escolas os alunos estavam realizando atividades avaliativas, ou atividades extracurriculares fora da escola, assim, a pesquisa foi realizada com as professoras A e B.

#### **4.2 Análise Dos Dados / Discussão**

Na pesquisa, percebe-se que entre 10 entrevistados, somente 3 usam o DOSVOX. No total de professoras apenas 2 usam ou sabem usar a ferramenta adequadamente;

Entre 7 escolas pesquisadas apenas 4 possuem recursos tecnológicos suficientes para uso do DOSVOX.

#### **4.3 Dificuldades**

A partir da análise realizada com base no estudo de Miranda e Alves (2001) e também com base na pesquisa de campo realizada, infere-se que os usuários do DOSVOX ainda enfrentam problemas corriqueiros, tais como a dificuldade do uso do teclado e do acesso à internet, este último ocorrendo com mais frequência em conexões lentas ou com algum tipo de gerência de rede (*firewall*<sup>12</sup>) habilitado em que frequentemente ao tentar realizar pesquisas no Google, os entrevistados relataram o recebimento da mensagem de erro “Conexão não estabelecida”.

Ainda entre as dificuldades encontradas na análise da versão 5.1 está no carregamento de vídeos pelo VoxTube, módulo de pesquisa de vídeos do DOSVOX, onde ao selecionar o vídeo na lista de resultados, o programa fica certo tempo tentando carregar o vídeo e volta para a tela inicial com os resultados da pesquisa.

A partir da análise da síntese de voz reproduzida pelo DOSVOX constata-se que a ferramenta ainda possui a voz nativa com aspecto digitalizado, o que também foi obtido como uma das

---

<sup>12</sup> Solução de segurança baseada em hardware ou software (mais comum) que, a partir de um conjunto de regras ou instruções, analisa o tráfego de rede para determinar quais operações de transmissão ou recepção de dados podem ser executadas ou não. (HELPDIGITAL, 2019)

principais reclamações dos usuários entrevistados. Mesmo que haja a possibilidade de mudança da voz, em certos momentos há a alteração da voz pela voz nativa, ou durante a digitação de texto caracteres em caixa alta ou caracteres especiais são pronunciados com uma voz diferente, não havendo continuidade da voz selecionada, gerando – na minoria dos poucos casos – desconforto ao usuário

## 5 CONCLUSÃO

Por meio do levantamento bibliográfico realizado, é possível observar que o DOSVOX é uma ferramenta útil quando agregado à metodologia de ensino, conseguindo promover a inclusão digital, facilitando o uso do computador, e conseqüentemente a inclusão dos educandos portadores de deficiência visual na sala de aula. Porém, apesar de seus benefícios, o aprendizado e o domínio da ferramenta exigem uma grande dedicação e tempo, tanto por parte do educando, quanto do professor de DV. Esse esforço inicial de buscar e agregar novas tecnologias na educação de deficientes visuais torna-se inválido, tanto na rede municipal como estadual, sem a efetiva aplicação da ferramenta na metodologia de ensino.

Tendo em vista a amostra realizada de entrevistados em relação à população encontrada, os resultados da pesquisa demonstraram que há uma grande falta incentivo e conhecimento da ferramenta por parte dos professores de DV, devido ao costume de trabalhar com o básico e principalmente pela falta de cobrança e correto incentivo dos órgãos governamentais ligados à educação pública, a aplicação da ferramenta acaba não sendo utilizado da forma que deveria, ao mesmo tempo que os professores de DV não procuram aprimorar estratégias e conhecimentos em metodologias de ensino, prejudicando diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, que apesar de toda dificuldade enfrentada demonstraram um grande anseio pela inovação no ensino.

A pesquisa demonstra resultados questionadores sobre o uso do DOSVOX, percebe-se que entre 10 entrevistados, somente 3 usam o DOSVOX. Entre as escolas pesquisadas apenas 4 possuem recursos tecnológicos suficientes para uso do DOSVOX e somente 2 professores de DV entrevistadas possuem o domínio do uso da ferramenta o que corresponde 33,3% da amostra.

Tendo em vista os resultados da pesquisa, é possível afirmar que a ferramenta DOSVOX não é usada adequadamente, considerando que somente 30% a usam com relação ao total de entrevistados e a estrutura das escolas não acompanham o poder da ferramenta considerando que entre todas as escolas somente 57% possuem estrutura para o seu funcionamento adequado.

Assim, a pesquisa ressalta e evidencia a precariedade da educação inclusiva nas escolas tendo em vista a estrutura de TI e seu uso, evidenciando um possível cenário geral da educação pública brasileira. Portanto, não basta criar leis de apoio que assegurem a inclusão para os deficientes visuais, mas fomentar e inserir recursos de tecnologias, capacitação e conhecimento da equipe envolvida nas escolas para realização de melhorias no processo educacional destes alunos.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamires S.; ARAÚJO, Filipe V. **Diferenças experienciais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida**: uma breve apreciação. Revista INTERFACES : Saúde, Humanas e Tecnologia, v.1, n.3, jun. 2013. Disponível em: <<https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/24/29>>. Acesso em : 20 out. 2019.

BIANCHETTI, L.; ROS, S. Z.; DEITOS, T. P. As novas tecnologias, a cegueira e o processo de compensação social em Vygotsky. **Ponto de Vista - Revista de Educação e Processos Inclusivos**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 41-47, jan./dez. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1537/1515>>. Acesso em : 22 out. 2019.

CAMPELO. Guilherme. **O homem e a educação**. Disponível em : <<https://www.webartigos.com/artigos/o-homem-e-a-educacao/46152>>. Acesso em : 19 out. 2019. 31/08/2010.

CORRENT, Nikolas. Da Antiguidade à Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v.1, n.89, p.3-6, 2016 . Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes>>. Acesso em: 25 out. 2019.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Estatísticas da deficiência visual**. Disponível em: <<http://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

DESCONHECIDO. **No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual**. 2018. Disponível em: <<http://radiomais.am.br/2018/01/09/no-brasil-existem-mais-de-65-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

FONSECA, Waldecy de Nazaré Tavares da. **O uso do software DOSVOX na educação dos deficientes visuais**. 2012. 49 f. TCC (Graduação). Curso de Especialização em Mídias na Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012. Disponível em: <[http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/dosvox\\_educacao\\_waldecy\\_de\\_nazare\\_tavares\\_da\\_fonseca.pdf](http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/dosvox_educacao_waldecy_de_nazare_tavares_da_fonseca.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LOCH, Ruth Emília Nogueira. **Cartografia tátil: mapas para deficientes visuais**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1362/1087>>. Acesso em: 19 out. 2019.

LOPES, Marina. **Uso da tecnologia facilita engajamento de alunos com deficiência**. 2017. Disponível em: <<https://porvir.org/uso-da-tecnologia-facilita-engajamento-de-alunos-deficiencia/>>. Acesso em: 22 out. 2019.

MIRANDA, Andréa e ALVES, João. Análise ergonômica dos programas DOSVOX e Virtual Vision. In : **Seminário Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital**, 1, São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.prodiam.sp.gov.br/multimidia/midia/cd\\_atiid/conteudo/ATIID2001/Posters/P1/AnaliseErgonomicaProgramaDosvoxVV.doc](http://www.prodiam.sp.gov.br/multimidia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2001/Posters/P1/AnaliseErgonomicaProgramaDosvoxVV.doc)>. Acesso em :

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853compilado.htm)>. Acesso em : 04 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Tércio Pacitti. **O que é o DOSVOX. Rio de Janeiro : UFRJ**, 2002. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>>. Acesso em: 12 out. 2019.

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the financing of assistive technology devices and services for individuals with disabilities** - A report to the President and the Congress of the United States, 1993. Disponível em <<https://ncd.gov/publications/1993/Mar41993>> Acesso em : 07 maio 2019.

SANTOS, Ana Sarah de Almeida et al. **A importância da tecnologia na educação de deficientes visuais: (DOSVOX e MECDaisy)**. 2016. Disponível em: <[https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED\\_EaD/article/view/1700/814](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED_EaD/article/view/1700/814)>. Acesso em: 19 out. 2019.

STORCH, Jalusa Andréia. **Programa de estimulação psicomotora aquática para crianças com deficiência visual com participação das mães**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3140/5243.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 out. 2019.

TURECK, L. T. Z.. A Educação dos Cegos. In: **VI Jornada Nacional do HISTEDBR**, 2005, Ponta Grossa - Paraná. VI Jornada do HISTEDBR. Campinas / SP: Gráfica FE / UNICAMP, 2005. v. único. p. 70-71.

## VIVÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O OLHAR DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria José Mafra Naito <sup>1</sup>

### RESUMO

A educação inclusiva considera a deficiência como mais uma das diferentes características que os alunos apresentam, respeitando essa diversidade, buscando maneiras de construção do conhecimento. A experiência mostra que mesmo existindo atualmente uma política pública é um programa de Educação inclusiva, a inclusão depende da disponibilidade individual dos profissionais. Isso implica a construção de novos saberes e ações educacionais compatíveis com tal desafio. Pretendemos propiciar reflexões e despertar o desejo de que outras experiências sejam compartilhadas para a construção de uma efetiva educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Formação de professores.

### ABSTRACT

Inclusive education considers deficiency as one more of the different characteristic that students present, respecting this diversity, seeking ways to build knowledge. Experience shows that even though that is a current public policy and an inclusive education program, inclusion depends on the individual availability of professionals. This implies the construction of new knowledge and educational actions compatible with such challenge. We intend to provide reflections and awaken the desire that other experiences be shared for the construction of an effective inclusive education.

**Keywords:** Education, Inclusion, Teacher training.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade revela que nenhuma sociedade se constitui bem-sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui. Um país só será plenamente desenvolvido garantindo a todos os cidadãos as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem um papel fundamental nesse processo. O espaço da escola deve favorecer o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente acumulado produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania garantindo a todos os ingressantes esse direito. Para que esse objetivo seja alcançado, a escola necessita ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno independente de suas diferenças.

---

<sup>1</sup>Licenciada em Pedagogia - EDAC e Mestre em Educação: História Política e Sociedade pela PUC-SP. Pós-Graduação em Pedagogia Hospitalar, Deficiência Auditiva, Def. Intelectual, Psicopedagogia, Pós-Graduação em LIBRAS e em Educação a Distância - mjmafra@ig.com.br.

Assim a escola inclusiva é aquela, que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, com recursos a serem mobilizados. O aluno é o sujeito de direito e foco central de toda ação educativa, garantindo a sua permanência e caminhada e protagonismo nesse processo.

Para isso é necessário construir uma rede de participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: Secretária de Educação com suas equipes de apoio, gestores, professores, funcionários, familiares e membros da comunidade na qual o aluno vive.

Implica também a implementação de uma política pública que promova a inclusão de todos numa “Educação de qualidade para todos”.

Nesse contexto, o processo de inclusão de pessoas com deficiência vem sendo foco de inúmeras discussões, implicando a participação dos diversos profissionais envolvidos com a Educação Especial e ensino regular enquanto área de estudo e atuação.

Conhecer e analisar os pontos críticos dessas discussões poderá contribuir para que o processo de inclusão, educacional e social, aconteça, de fato, a partir do trabalho consciente dos educadores. Isso se faz necessário, pois ainda que esteja previsto em Lei, sabemos que tal medida não é suficiente para que haja sua efetivação na prática. Portanto, esse processo implica uma construção cotidiana no interior dos sistemas educacional e social.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **2.1 Reflexões**

Portanto, nos cabe conhecer a política atual da educação, no Brasil e no mundo, que segue a orientação da “Educação para Todos”, cujo objetivo é oferecer oportunidades iguais a todas as pessoas (sem distinções), abordando a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno com deficiência, considerando os princípios que norteiam a proposta de educação inclusiva.

Um dos pontos críticos dessa proposta, que deve ser cuidadosamente analisado e resignificado é a questão da formação de professores. As responsabilidades a eles atribuídas se destacam, quando tratamos das perspectivas, dos desafios atuais desse contexto, das implicações gerais envolvendo as principais características das diferentes necessidades educacionais especiais e a demanda que representam no contexto do sistema regular de ensino. Para isso é necessário que se apropriem do conhecimento histórico e conceitual que fundamentam esse processo.

Há um reconhecimento de que a inclusão pressupõe a implementação de uma Pedagogia “voltada para a diversidade e às necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar todos os alunos” (BRASIL, 2001, p. 11).

Ela é um princípio que teve origem a partir de movimentos sociais a favor da construção de uma sociedade mais justa e solidária, reconhecendo as diferenças entre os sujeitos sociais e

as necessidades da sociedade e suas instituições de se organizarem para atender a essas diferenças, tendo como fundamento a igualdade de direitos, tal como expressa em documentos legais.

Segundo essa evolução, e com as mudanças que aconteceram na Educação, a Educação Especial passou a ser uma modalidade da educação escolar (BRASIL, 1996).

A experiência mostra que mesmo existindo atualmente uma política pública é um programa de Educação Inclusiva, a inclusão depende da disponibilidade individual dos profissionais. Isso implica a construção de novos saberes e ações educacionais compatíveis com tal desafio que traduz a necessidade de formação continuada desses profissionais.

Pretendemos propiciar reflexões e despertar o desejo de que experiências assim sejam compartilhadas para a construção de uma efetiva educação inclusiva

Para a transformação da escola em um espaço significativo de aprendizagem com práticas pedagógicas que busquem o desenvolvimento emocional, intelectual e social de todos os alunos, bem como seu potencial crítico e criativo é fundamental que se articulem os conceitos da construção do conhecimento, às situações vividas no cotidiano escolar e familiar e os saberes da comunidade.

A Política da Educação inclusiva prevê o atendimento educacional especializado que tem como objetivo assegurar a inclusão, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia. Constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na sala de recursos da própria escola onde o aluno está matriculado, em outra escola da rede pública ou em centros especializados que realizam esse serviço educacional. Diferencia-se das atividades desenvolvidas na sala de aula comum, não sendo substitutivo à escolarização.

É fundamental que a inclusão escolar de todas as crianças tenha início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, a ludicidade, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

As atividades do atendimento educacional especializado devem ser realizadas mediante a atuação de professor com formação para o atendimento educacional especializado que o habilite para o ensino da língua brasileira de sinais, da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e alternativa, o desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, a utilização de recursos ópticos e não óptica tecnologia assistiva e outros recursos.

Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com as atividades desenvolvidas no ensino comum, exigindo a reorganização dos sistemas. As instituições de ensino superior, enquanto agências formadoras devem assumir papel central na proposta de educação inclusiva uma vez que a formação inicial e continuada impõe-se como meta a ser alcançada na concretização do sistema educacional inclusivo.

Nesta direção, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia, para complementar a formação adquirida na graduação, objetivando a atuação no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, deverão ser realizados em cursos de especialização ou formação continuada que aprofundem os conhecimentos no campo da educação especial.

Ao se colocar diante desse desafio reafirma-se que não se trata apenas ao mero conhecimento das leis e direitos à inclusão, mas ao reconhecimento da multiplicidade de formas de ser, viver, aprender, pensar, agir, imaginar e amar, enfrentando o rompimento de hábitos de homogeneização e exclusão ou segregação do que é diferente historicamente presente nas escolas do município em estudo e relações sociais, para assumir a multiplicidade, o conflito, a riqueza, a igualdade e a busca de entendimento.

As formações exigem um contato consigo mesmo, reconhecendo suas experiências pessoais e profissionais, ressignificando-as nas relações com o outro e com as realidades nas quais está vivendo. Nesse processo cada um vai constituindo-se como agente de inclusão, observando as relações que estabelece consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Podemos perceber que as dificuldades podem ser de todos, não são produto desta ou daquela diferença, mas da própria vivência comum que a educação com base em princípios democráticos deve pressupor e assumir.

Nesse sentido Mantoan (1997), afirma: “todos devem conviver juntos, aprendendo a partir da interação conjunta, pois o aprendizado se dá coletivamente. Dessa forma, tanto o aluno deficiente quanto o não deficiente estariam se beneficiando no campo da diversidade” (MANTOAN, 1997, p.78).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação possibilita um repensar da organização da escola inclusiva, com enfoque em novas possibilidades de atuação e apoio à experimentação aos profissionais da educação, gerando a prática inclusiva, que garantirá a todos os alunos o acesso e a permanência com qualidade, buscando a equiparação de oportunidades, a construção coletiva e a participação de todos numa prática colaborativa e dialógica.

Pretende-se propiciar reflexões e despertar o desejo de que experiências assim sejam compartilhadas para a construção de uma efetiva educação inclusiva

A inclusão é um processo gradativo em nossa sociedade porque exige tanto a adaptação do professor como do aluno, para isso é necessário à formação contínua dos profissionais e atores que estão no convívio com essas crianças.

Se a diversidade passa a fazer parte dos ambientes educacionais desde cedo, cria-se um novo clima de participação e cooperação: somos iguais, apesar de sermos diferentes. Professores e crianças, com deficiência ou não, têm a oportunidade de se enriquecer por meio desse convívio, de aprenderem a ser solidários e, principalmente, de ampliar a visão sobre as possibilidades de o ser humano ser e crescer.

Enfim, a inclusão do deficiente nas escolas é um processo contínuo e que exige a presença de um profissional que esteja interessado em demonstrar os valores e interesses contidos numa sociedade que valorize as diferenças e o bem-estar da criança.

#### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692 de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer. São Paulo: Moderna, 2003.



Rua José Augusto Pedroso, 44  
Vila São Francisco de Assis, Cotia - SP  
[www.fipcotia.edu.br](http://www.fipcotia.edu.br)



(11) 4614-1340



(11) 94749-3003



/fipcotia



@fipcotia